



Biblioteca Breve

SÉRIE LITERATURA

MEMORIALISTAS PORTUGUESES

COMISSÃO CONSULTIVA

JACINTO DO PRADO COELHO
Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
Escritor e Cientista

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ÁLVARO SALEMA

CASTELO BRANCO CHAVES

Memorialistas Portugueses



M.E.C

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Título

Memorialistas Portugueses

Biblioteca Breve / Volume 21

Instituto de Cultura Portuguesa
Secretaria de Estado da Cultura
Ministério da Educação e Cultura

© *Instituto de Cultura Portuguesa*

Direitos de tradução, reprodução e adaptação
reservados para todos os países

1.^a edição — 1978

Composto e Impresso
nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand
Venda-Nova - Amadora — Portugal
Julho de 1978

ÍNDICE

	Pág.
Generalidades sobre o tema	6
O memorialismo português de relance.....	10
Obras e autores	18
<i>Século XVIII</i>	18
<i>Século XIX</i>	30
<i>Século XX</i>	48
Considerações finais.....	55
Notas	61
Documentário Antológico.....	64
Bibliografia Sumária	80

GENERALIDADES SOBRE O TEMA

Certamente não será ocioso nem excessivamente arbitrário dividir em duas espécies o género memorial nas literaturas modernas, sendo uma a constituída pelas *Memórias* e a outra pelos *Diários*.

A primeira espécie pode, para comodidade de exposição, dividir-se em duas grandes famílias: a daqueles memorialistas que se centram na narrativa dos acontecimentos e em que estes são narrados como condicionamento dos eventos da sua vida; e a daqueles outros que desejando ambiciosamente traçar um vasto panorama do seu tempo aparecem nas memórias muito semelhantemente à maneira como em certos grandes painéis e alegorias oficiais se auto-retratavam os pintores: um pouco apagadamente, a um dos extremos da composição. No primeiro caso, as memórias constituem quase sempre um valioso documento histórico e, muitas vezes, humano — o que narram não esteve sujeito a uma composição de conjunto, mas exprime o que foi directamente observado e sentido; no segundo, podem tais memórias constituir obra de grande arte literária, se o seu autor é um artista de superiores aptidões, mas o valor documental, por via de regra, não corresponde à extensão do panorama,

havendo necessariamente partes da composição que não foram nem vividos nem observados pelo memorialista.

Não consistem as memórias, apenas, em confissões subjectivas; não são meras autobiografias, tão-pouco, porque nas memórias, exactamente como na vida, os factos individuais e até, em parte, os sentimentos e paixões estão inscritos nos factos históricos e sociais que lhes condicionam as manifestações. O que eleva quaisquer memórias acima de simples documentos e lhes dá condições de valor cultural é o génio criador e artístico do memorialista, a par da capacidade da visão estética da própria vida na vida comum em que se encontrou inserida. Neste caso, o memorialista não dará uma versão literal, digamos, da sua vida, mas recreá-la-á num plano artístico.

O género memorialístico torna-se assim num género literário, cuja categoria estética e riqueza de representação humana depende mais, nos seus variados espécimes, do talento e da riqueza íntima do autor do que propriamente da matéria narrada. E é por isso que há memórias que se lêem como um poema, e é o caso das *Mémoires d'Outre-Tombe*, como um romance de aventuras, e é o que acontece com as memórias de Benevenuto Cellini ou de Casanova, ou ainda como manual do perfeito conspirador, como as do cardeal de Retz.

Há, porém, a considerar que o memorialismo, como género literário, no geral, não obedece a formalismos de escola, nem a modas literárias com as respectivas retóricas e isso o preserva do envelhecimento a que estão sujeitos outros géneros literários.

Menos interessantes que as memórias, são os diários. Dignos de maior confiança quanto ao rigor do que narram e à veracidade do que testemunham, porque elaborados ao sabor dos trabalhos e dos dias, não pecam por perspectivas estilizadas, como é vulgar suceder com as memórias. Estas, escritas geralmente no fim da vida do autor, iludem bastas vezes pelas miragens do passado que são, em muitos casos, tão enganosas como as do futuro.

Sem obedecerem a regras da composição de conjuntos, nem harmonização de partes com o todo, os diários registam quotidianamente os factos, as impressões, as ideias ao sabor da sua fluência. O diário é uma obra de jornalismo íntimo; e por essa feição jornalística, se participa da efemeridade do quotidiano, por um lado, ganha por outro da genuinidade do imediato. Será um documento valioso, na maioria dos casos, mas só excepcionalmente constituirá obra de categoria literária, a não ser que seja um autêntico escritor a mantê-lo no propósito de deixar uma obra de tal feição e categoria. Quando, porém, os diários se elevam acima da craveira média podem constituir, como sucede com o *Diary* de Samuel Pepys, uma dessas obras singulares que, fora de todas as classificações, regras e géneros literários, constituem os livros singulares de cada literatura e que são seus grandes tesouros.

Também o jornal íntimo é um recordatário, mais do que de factos, de ideias e de estados subjectivos. O padrão superior deste género é o *Journal Intime* de Amiel.

São as épocas de convulsão social ou meramente política aquelas que suscitam a literatura memorialista, assim como, geralmente, são aqueles que tiveram

destinos de vida agitada e irregular, aventureiros e marginais, os mais propensos ao memorialismo — como quem procura, por fim, compor com a narrativa da sua existência o quadro «perfeito» da aventura que lhe coube. Em França, a Fronda deu o memorialista por excelência neste género; e, depois, a Revolução e o Império, o grande número daqueles que, em pequena ou grande medida, viveram e fizeram «história» nesses tempos. Memórias de grandes irregulares, aventureiros com talentos, e entre eles o literário, esses aparecem em quaisquer tempos ou em quaisquer meios, porque o aventureiro cria ele próprio o condicionalismo das suas aventuras.

Típicas memórias deste género são as do soldado espanhol da «guerra dos trinta anos», Alonso de Contreras, de cuja vida escreveu Ortega y Gasset no prefácio da última edição da *Vida del Capitan Alonso Contreras*: «*La existência de Alonso de Contreras nos presenta un ejemplo superlativo y quimicamente puro del hombre aventurero*». E de facto, quem tenha lido a *Vida del Capitan Alonso Contreras* e volva olhos para Portugal, reconhecerá que aventureiro em tal grau, embora que menos quimicamente puro, só encontrará talvez Fernão Mendes Pinto cuja confissão, porém, ficou com a sua veracidade humana comprometida por conveniências e convencionalismos de outra ordem. De resto, a *Peregrinação* constitui um dos livros singulares da literatura portuguesa, o qual, se participa no género memorialístico, é também livro de viagens, romance de aventuras e até livro de proveito e exemplo.

O MEMORIALISMO PORTUGUÊS DE RELANCE

A literatura portuguesa é pobre no género memorial, quer seja sob a forma memorialista, quer sob a de diários e muito mais na de jornal íntimo. Na literatura portuguesa, o intimismo expressa-se primacialmente na sua poesia lírica.

Os historiadores da literatura e da cultura portuguesas têm desprezado ou esquecido o género memorial, e, ao que se me afigura, com alguma injustiça. Numa das suas *Causeries*, Sainte-Beuve escreveu um dia a propósito das *Memórias* de Marmontel: «Nada me dói mais do que observar o desdém com que frequentemente são tratados os escritores de segunda ordem dignos de notabilidade e de estima, como se só houvesse lugar para os de primeira plana.» Ora este sentimento de Sainte-Beuve para com os escritores de segunda plana pode, com igual espírito de equidade, ser suscitado, entre nós, pelo menosprezo a que têm sido votados os géneros literários muito arbitrariamente considerados como marginais da literatura digna de história e de estudo, como sejam, por exemplo, o noticiário, o panfleto, a crónica, as memórias, o diário pessoal. E, no entanto, no primeiro, existe a obra

noticiarista de Castilho que é uma pura maravilha de estilo e arranjo narrativo; no panfleto a extraordinária obra panfletária de José Agostinho de Macedo; na crónica, em nossos dias, João de Araújo Correia que só como contista tem sido mais justamente considerado, e anteriores a ele, João Chagas e Carlos Malheiro Dias.

O género memorial também tem sido dos enfeitados nos estudos da literatura e da cultura portuguesas. Como género é relativamente recente, pois só pode considerar-se começado a cultivar, e tímida e imperfeitamente, no século XVIII.

Esta fixação cronológica poderá ser considerada, e justificadamente, como puramente arbitrária — o que acontece, aliás, com todas as que pretendam marcar um começo e determinar um termo a qualquer actividade do espírito humano, porque tudo o que é novo resulta de tudo o que foi envelhecendo e sempre o mais perfeito se obteve por sucessivas imperfeições, cada vez menos imperfeitas.

Ora, se quisermos rebuscar antecedentes na produção memorialística portuguesa podemos ir longe, desde que consideremos o que é crónica ou relação historial como sendo memória ou diário. O que, porém, caracteriza o género memorialístico é a centralização da narrativa na pessoa e na vida do memorialista como um documento pessoal onde é subjectiva a visão dos acontecimentos que narra.

A produção memorialística em Portugal no século XVIII foi muito exígua, predominando, na maioria das memórias que se escreveram e são conhecidas, a relação dos acontecimentos públicos, fastos da côrte, da nobreza e da Igreja.

Do que hoje se conhece pode dizer-se que essas memórias setecentistas pertencem apenas àquela espécie de apontados de anedotas, no género das memórias de Besenval. Tal género estava adequado ao século a que os Goncourt chamaram o século da anedota. Desta feição de memorialistas foram José da Cunha Brochado, cujas memórias estão quase integralmente inéditas, Fr. João de S. José Queirós, bispo do Grão-Pará, e o Cavaleiro de Oliveira em certos lances da sua obra e nas principais páginas dos *Amusements Périodiques* que Aquilino Ribeiro traduziu e publicou com o título de *Recreação Periódica*.

Nas páginas que qualquer deles deixou não há, nem de longe, o sal e sainete que os franceses lhe sabiam dar, mas nem por isso deixam de ser curiosas e nalguns lances vivas embora o espírito seja pesado.

De natureza íntima são as *Memórias da Condessa de Atouguia*, escritas por ordem do seu confessor. Assim, só uma comparsa na trágica conspiração contra o rei D. José deixou, no memorialismo português do século XVIII, um documento vivo e pessoal da sua vida e da sua sorte. Todos os outros, com excepção de Ribeiro Sanches, ou sejam, o bispo do Grão-Pará, o Cavaleiro de Oliveira e Cunha Brochado, não fugiram à influência frívola do século e àquela outra, um pouco bronca, da sociedade portuguesa de então.

Nem no século XVIII nem no que imediatamente se lhe seguiu houve grande escritor português que se sentisse seduzido pelo género, deixando alguns deles apenas um escasso número de páginas de tintura memorialística. Mas se o valor estético e a categoria literária do memorialismo português não atingem cumes nem, ao menos, aproximações, é certo, porém, que, quer nas memórias, quer nos diários, alcançou

(particularmente no século XIX) qualidade digna de estima.

De resto, esta exiguidade do género memorial na literatura portuguesa afigura-se-me ter três causas que possivelmente se entredependem: por um lado, da parte dos nossos grandes escritores do passado, a falta de fortes aptidões introspectivas e uma certa displicência pelo género (seja exemplo Garrett, encarregando Gomes de Amorim de lhe escrever as memórias); e, por outra face, a indiferença do público leitor por este género de escritos, desde que não sejam sobre acontecimentos recentes ou não tenham feição escandalosa.

Se, por exemplo, compararmos o aparecimento das memórias daqueles portugueses que participaram na luta contra os invasores franceses e nas campanhas da liberdade com a abundância memorialística que se verificou em França depois da Revolução e do Império e tem continuado a ser publicada até nossos dias, exumada dos arquivos familiares, verifica-se que em França este movimento editorial corresponde a um vasto público interessado, enquanto que em Portugal os leitores para este género de obras é restritíssimo. As *Memórias de José Liberato Freire de Carvalho*, publicadas em 1855, ainda não foram reeditadas e nem sequer constituem raridade, apesar da tiragem ter sido pequena; as *Memórias* de Silva Maia, aparecidas no Rio de Janeiro em 1841, nunca tiveram reedição em Portugal; as *Revelações* de Luz Soriano, que mereciam uma reedição expurgada das disparatadas e extensas notícias completamente alheias à época e à vida de Soriano, mais que esquecidas, permanecem ignoradas; o *Diário* de Silva Carvalho continua sepultado nos descomunais volumes

da obra de António Viana; as *Memórias do Marquês de Fronteira e de Alorna*, publicadas entre 1928 e 1932, ainda não têm a edição esgotada, o mesmo acontecendo às *Memórias do Conde de Lavradio*, editadas de 1932 a 1938, bem como às de *Trigoso de Aragão Mourato*, aparecidas em 1933.

Do nosso século XVIII, que tão poucos memorialistas possui, estão por publicar o *Journal* de Ribeiro Sanches e as *Memórias* de José da Cunha Brochado. Do *Journal* de Ribeiro Sanches escreveu Maximiano Lemos, que o leu: «Em dia de S. Martinho de 1768 começou Sanches, a escrever o seu *Journal*, manuscrito de inapreciável valor autobiográfico que existe na Biblioteca da Escola de Medicina de Paris. O médico português lançava nele tudo quanto lhe interessava. Ao lado das cartas que escrevia e recebia, tomava nota dos acontecimentos que se iam desenrolando, das leituras a que se entregava, do que tencionava fazer, das preocupações que sentia. As menores particularidades mereciam menção. Não só por ele se pode reconstituir a sua vida desde esse ano de 1768 até à morte, mas a de alguns indivíduos que estiveram em contacto com ele.»¹ De Cunha Brochado como memorialista disse Mendes dos Remédios: «Vê-lo-emos, a este espírito ponderado e reflexivo, retratando-se e retratando o que lhe caiu debaixo da sua formosa lupa de observador. A sua linguagem aligeira a narrativa, sempre despretensiosa e calma. Quando ri, ri discretamente. Também não usa sobreceño carregado, quando moraliza e espanja à luz do sol o seu doentio pessimismo.»²

E apesar destas notícias com mais de meio século, continuam inéditas as memórias de Brochado e o *Journal* de Sanches.

Em Portugal, no século XIX, cresceu o número de memorialistas. Pode até dizer-se que, em relação ao XVIII, a centúria de oitocentos foi uma época de hipermnésia. O português que sofreu e lutou com as invasões francesas, que batalhou na Rússia incorporado na *Grande Armée*, que participou nas lutas liberais, passou a ter que contar, mergulhado que foi, por força das circunstâncias, na vida e no ambiente europeus do seu tempo. E, é curioso, não só as figuras que com destaque participaram nas lutas políticas do tempo se ocuparam a contar a sua vida no turbilhão dos acontecimentos, mas até alguns pobres homens — a considerar pelo que escreveram — se consideraram obrigados a contar a sua vida e trabalhos que passaram. É caso, por exemplo, de um certo Martiniano da Silva Vieira que em 1848 escreveu e publicou *A minha vida e dos meus amigos ou os últimos quarenta anos*, onde, aliás, se encontram algumas notas curiosas sobre Bocage e José Agostinho de Macedo.

Deste período se destacam as memórias de José Liberato, de Silva Maia, do marquês de Fronteira e de Alorna, do Conde de Lavradio, de Luz Soriano, os diários de D. Pedro V e de Ribeiro Saraiva. Cada uma destas obras constitui um tomo noticioso. Algumas delas encerram uma galeria de retratos e de tipos originais que eram frequentes numa sociedade e num tempo em que a vida social ainda permitia singularidades.

Os românticos, aqueles que tiveram praça assente na literatura do tempo, não cultivaram o género e nem Garrett nem Camilo, aqueles de quem mais havia a esperar memórias, dado o seu egotismo, apenas teceram com episódios das suas vidas as ficções das suas obras —com isto se dando por quites. Tendo utilizado na ficção as suas realidades pouco lhes restou para memórias. Só Bulhão Pato as deixou, e essas mais *memoranda* do que memórias.

As memórias oitocentistas a que nos vimos referindo, excepto as de Bulhão Pato, têm a sua tónica na política e em quase todas elas ressumbra ainda a parcialidade política. Nem por isso, porém, deixam de ser valiosos documentos da época, revelando um estilo de vida que de todo desapareceu e fornecendo a notícia de factos e circunstâncias que ficariam ignorados da história se elas, muitas vezes acidentalmente, os não revelassem.

No período que abrange as duas primeiras décadas do século XX, a vida portuguesa foi caracterizada por iniludíveis sintomas de deteriorização do regime monárquico, pela luta política e pela acção revolucionária do partido republicano, tendo por ilhargas as sociedades secretas e uma pequena falange anarquista. Seguiram-se-lhe as dificuldades da instauração do regime, a primeira Grande Guerra e a dissolução da Primeira República.

À queda do regime monárquico e à instauração da República seguiu-se um período de literatura memorialística, cujas produções ainda nos nossos dias vão sendo publicadas. Apressaram-se a vir ao pretório, a justificarem-se, os antigos políticos da monarquia:

Teixeira de Sousa, Júlio de Vilhena, António Cabral. Só em aspectos muito restritos as obras destes políticos podem ser consideradas como memorialísticas. A sua intenção é polémica, quase só política e só aqui ou além dando um retrato, contando um episódio, desvendando uma perspectiva da vida social.

Entretanto dava-se um acontecimento na vida literária do país: apareceram, espaçadamente em três volumes, as *Memórias* de Raúl Brandão, obra de elevado valor literário que ficou para sempre pertencendo ao património da literatura portuguesa.

Com as memórias de Raúl Brandão, com as de Aquilino, com as de Sarmiento Pimentel e com as de José Relvas, a literatura memorialística portuguesa ficou enriquecida com obras de mérito literário que até aí não possuía. São ainda de considerar pelo seu mérito memorialístico as *Memórias do Sexto Marquês* de Lavradio e as de Tomás de Mello Breyner, que o autor deixou incompletas.

OBRAS E AUTORES

Num trabalho da natureza deste, que não pode ultrapassar os limites marcados a um guia de leitores e exige concentração no essencial, não cabe no desenho a perspectiva histórica do memorialismo em Portugal, indo recolher aqui e ali obras onde os autores deponham como testemunhas que foram de acontecimentos históricos, como por exemplo algumas partes da *Miscelânea* de Miguel Leitão de Andrada ou, mais remotamente, a *Crónica do Infante Santo* de Frei João Alvares, ou registem e compilem notícias e eventos de que foram contemporâneos como sucede com o interessantíssimo *Memorial* de Pero Roíz Soares. São, porém, obras estas a que, como já disse, faltam as condições características do género memorialista pois estão totalmente privadas da presença do narrador e da visão subjectiva dos factos.

SÉCULO XVIII

Por isso se pode bem dizer que só no século XVIII a literatura portuguesa regista os seus primeiros memorialistas. Nenhum deles, contudo, deixou obra

memorial que então relevasse o género, tendo legado apenas narrativas pitorescas, com mais valor histórico do que humano, sem subtilezas de observação nem belezas de forma.

Pode bem dizer-se que em quase todos ressalta uma rudeza inata que se lhes vinculou na obra, rudeza própria do meio em que viveram. Porque o século XVIII em Portugal não teve requintes nem na vida da corte, nem na vida social das diversas classes. Houve, por iniciativa dos monarcas, prodigalidades luxuosas, mas mesmo neste particular, o que existiu de mais apurado, de fino e delicado gosto, foi o que veio feito e acabado da França e da Itália. Mas logo aí se revela quanto todas essas peças de requintada categoria artística discrepavam do estilo de vida do meio onde vinham ser ostentadas.³ Não se pode definir o que de ingénito havia nesta fidalguia portuguesa de então que lhe não permitia assimilar o requinte da «Europa francesa». Seja caso ilustrativo, por mais frisante, o caso do duque de Lafões. Compare-se este magnate português, que passou grande parte da sua vida nas cortes europeias, com o que foi o príncipe de Ligne. Não havia, portanto, a esperar do nosso memorialismo setecentista que, mesmo de longe, se assemelhasse à obra de um duque de Saint-Simon.

Acresce, a contribuir para a exiguidade do inventário memorialístico português do século XVIII, que os melhores destes memorialistas deixaram as suas obras no género, em parte ou no todo, escritas em francês, ficando vinculadas ao memorialismo português apenas pela matéria que não pela língua. Refiro-me a António Ribeiro Sanches e a Francisco Xavier de Oliveira, o célebre Cavaleiro de Oliveira.

Antônio Ribeiro Sanches (1699-1783), grande homem da ciência do seu tempo e destacada figura na cultura europeia do século XVIII, colaborador da *Enciclopédia*, com o avanço da sua idade volveu em misantropo e, como é vulgar em quem se afasta do convívio social, passou a comunicar ao papel o que não dizia ao próximo, o que bem revela quanto os anos e a experiência o haviam feito progredir em sabedoria e no conhecimento dos homens. Assim, a partir dos fins do ano de 1768 até ao fim da sua existência registava em *Mon Journal* as ocorrências de cada um dos seus dias. Esse diário está hoje recolhido na Biblioteca da Escola de Medicina de Paris onde pode ser consultado, lido ou copiado (Manuscrito 25/2015).

Maximiano Lemos, como já referi, consultou-o e deu notícia do valor desse documento, que continua esperando publicação.

Quanto a *Francisco Xavier de Oliveira*, Cavaleiro de Oliveira, (1702-1783) a parte memorial da sua obra ficou fragmentada e dispersa por vários dos seus escritos. Nos livros, opúsculos e publicações periódicas que deu à estampa, quando menos o leitor o espera, surge-lhe uma recordação da mocidade de Xavier de Oliveira, um quadro de costumes, uma confissão saudosa. As notas autobiográficas abundam, seja nas cartas, seja nos opúsculos, particularmente no intitulado *Le Chevalier d'Oliveyra brulé en effigie etc.* Lidas as suas obras de controvérsia religiosa, o que resta lídimo dos talentos literários de Xavier de Oliveira são essas páginas de recordação e autobiografia. Sob o aspecto do memorialismo oliveireano há que recorrer principalmente ao *Amusement Périodique*, cujos principais trechos estão traduzidos por Aquilino Ribeiro com o

título de *Recreação Periódica*; às *Cartas Familiares*, das quais há uma edição que não é rara (a de 1855, de Cunha Rivara); às *Cartas Inéditas*, publicadas pelo Doutor Gonçalves Rodrigues, autor da mais completa e séria biografia do Cavaleiro de Oliveira; bem como ao opúsculo *Le Chevalier d'Oliveyra brulé en effigie*, hoje facilmente acessível por estar inserto no volume *Opúsculos contra o Santo Ofício*, também publicado por Gonçalves Rodrigues; e, ainda, às reedições exemplares do *Discours Pathétique* e *Reflexões de Félix Corvina dos Arcos*, publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra quando dirigida pelo Doutor Joaquim de Carvalho.

Seria trabalho meritório organizar e dar à estampa uma antologia das páginas memorialísticas deste português, proporcionando ao leitor comum o conhecimento do único escritor nascido em Portugal no século XVIII que manifestou qualidades que podiam ter feito dele um notável memorialista — porque além do muito que viu e experimentou, o sabia contar com graça e vivacidade de espírito ⁴. Sirva aqui de exemplo este trecho autobiográfico em uma das cartas que dirigiu a D. Florêncio Henriques Maldonado:

Sabendo já dizer Árvore, Zodíaco e Pandeiro, pelo A, pelo Z, e pelo P, e sabendo já que havia três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro como o melhor Teólogo, entendeu-se que necessitava o meu juízo nova Escola em que fosse aperfeiçoar todas estas boas coisas que sabia como de cor... Da idade de seis anos, pouco mais ou menos, deixei as lições do Senhor Francisco Martins, morador na Calçadinha de S. Cristovão, que é um beco ou um escorregadoiro do diabo que dá consigo nas costas

de Santa Justa. Era o dito Senhor Martins organista do Hospital Real de Todos os Santos do Rocio, Mestre de meninos de toda a qualidade, entrando o nobre vestido e o maroto pé descalço sem outra distinção em sua casa que a de se pagar ele muito menos dos marotos que dos fidalgos... Dentro de ano e meio não só lia mas adivinhava as cifras de que tinham usado todos os Escrivães, Notários e Tabeliões do Reino de Portugal e suas conquistas, excepto a de um capitão que morava ao Correio, que essa era reservada somente a ele, e Deus somente sabe se ele depois de a fazer a entendia. Julgando-se que eu em matéria de escrever tinha assentado bastantemente a mão sobre o Morante que foi o Autor de que tirei os primeiros traslados... me foi o Senhor Francisco Martins admitindo ao mesmo tempo à Aritmética... Achando-me Aritmético sobre Escrivão comecei a ouvir falar de outra Ciência intitulada gramática, e palavras não eram ditas, se me meteu em casa uma Arte do Insigne e Incomparável Padre Manuel Álvares, Honra da Nação Portuguesa, illustre sócio da Companhia de Jesus e digno Mestre de todos os Povos da Europa.»⁵

Embora a sintaxe como o vocabulário que usou o impeçam de ser considerado escritor vernáculo, Francisco Xavier de Oliveira tem na literatura portuguesa lugar assegurado como epistológrafo. Assinalando as qualidades mestras das suas cartas, o seu biógrafo definiu-as como residindo «sobretudo na juvenil agilidade intelectual, na graça difusa e fina, na arte perfeita de contar que trai a virtuosidade de conversador, no estilo nervoso e dúctil».⁶

Estas qualidades são as que se encontram na parte memorialística das suas obras e, particularmente, no *Amusement*, infelizmente escrito numa língua onde o seu estilo «nervoso e dúctil» já não brilhava.

José da Cunha Brochado (1651-1733), se não possuiu as qualidades literárias que viriam a ser as do Cavaleiro de Oliveira, nem tivesse vivido entre tantos vai-vens da fortuna ou se tivesse aventurado em galanteios tão arriscados como os de Oliveira com Maria Elizabeta, princesa de Valáquia, ficou contudo um memorialista digno de muito reparo. Magistrado, Cunha Brochado só iniciou a sua carreira diplomática quando já contava quarenta e quatro anos. Durante trinta exerceu cargos em Paris, Londres e Madrid, permanências que, se não fizeram dele um «strangeirado», lhe deram a feição europeia do seu século — no que ela podia ter de mais comedido — e por tal estilo avaliou das pessoas e dos acontecimentos. Mendes dos Remédios, que contribuiu singularmente para a divulgação do nome de Brochado como memorialista, escreveu acerca dele: «... é com efeito uma das mais nobres e belas figuras do século XVIII. Erudito, a sua erudição aparece-nos perfumada por um claro e transparente critério de liberdade filosófica; magistrado, a sua consciência foi sempre norteadada mais pela equidade das condições humanas do que pelo despotismo cruel e sanguinário das leis e estatutos civis; político com representação em diversas cortes europeias, de diferente religião e mais diferente e complexo modo de pensar e proceder, a sua tática, cautelosa e prescrutadora, patriótica sem arrogância e delicada sem baixezas, deu-lhe foros de mestre em matérias diplomáticas.»⁷

As suas cartas, que Mendes dos Remédios com manifesto exagero considerou superiores às do Cavaleiro de Oliveira e às do abade Costa, estão mais divulgadas ⁸ que as memórias, que deixou manuscritas. Barbosa Machado dá notícia de *Memórias e Anedoctas da Corte de França, que contém vários casos, e dívidas, que houve naquela Corte*. Destas memórias, cartas e outros escritos existem várias cópias, das quais podem ser consultadas as que existem na Biblioteca da Universidade de Coimbra e na Biblioteca Pública de Braga.

Estas memórias de Brochado, apesar do letreiro dos manuscritos, não tratam apenas de assuntos respeitantes à Corte e ao país de França mas também de portugueses. Nelas Brochado anota e critica males e defeitos da sua terra cotejando-os com os que observava nos países onde se encontrava. Alguns exemplos a ilustrar o que fica dito e a marcar a qualidade e o estilo do memorialista:

«Escreveu o Geral dos Trinos Franceses uma carta a el-Rei nosso Sr., agradecendo-lhe o cuidado com que Sua Magestade mandava que a Província de Portugal ficasse na sujeição de França, e não na de Castela. Esta carta me mostrou o mesmo Geral, para ver se estava nos termos do maior respeito; era ela escrita em francês, mas de um estilo culto, e *enflé* como eles dizem, e como este estilo não é ordinário a esta nação, antes o aborrecem, e se fazem um ponto de honra de o não seguirem, perguntei ao Religioso a razão daquela novidade, respondeu-me que se fizera expressamente, por seguir o gosto do país; e que na Corte Portuguesa se amava o culto, e

palavras menos ordinárias, a que satisfaz como pode.»

.....

«Três liberdades acho em França, principalmente em Paris, a saber: para o bom, para o indiferente, e para o mau: a primeira, e a segunda se acha em toda a parte, a última só em Paris, e não é isto defeito das suas leis, porque não há governo em República alguma mais miúdo, e melhor executado, mas a grandeza, a distância, e a multidão faz que o mau tenha menos testemunhas, e serve de capa para abrir muitas cousas e acções, que se não advertem, ou castigam, porque se não conhecem. De sorte que nesta Corte a vastidão faz o mesmo efeito que nas outras terras causa a noite, que é sempre a protectora de maior liberdade.

Em Lisboa nem para o bom há permissão nem aquela liberdade de que a virtude necessita para obrar sem medo. E muito menos há esta licença para o indiferente, porque sempre a malícia do vizinho ou do concorrente interpreta em má parte o vosso procedimento.»

.....

«Nem por ser um homem herege o havemos de privar das honras, e civilidades, que se dão dos outros homens da nossa religião, porque a virtude moral e a justiça mandam que se respeite o merecimento em qualquer pessoa, em que se achar. A religião não quer destruir estas leis da natureza.»

Frei João de S. José Queirós (1711-1764), foi frade bento e bispo do Grão-Pará. Até ser sagrado bispo viveu na

roda da nobreza e gozou da proteção das rainhas D. Maria Ana de Áustria e D. Mariana Vitória, convivências que, no dizer de Camilo Castelo Branco, «deram aos inéditos de Frei João de S. José realce e méritos de publicidade».

Deixou manuscrita uma miscelânea de notas e reflexões de acentuado tipo memorialístico que Camilo, ao editá-las, denominou *Memórias*⁹. Não foi imprópria a alteração do título porquanto, no século XVIII, frequentemente se usou de tal designação para as colectâneas de anedotas e casos singulares entretecidos de reflexões pessoais. Camilo encontrou o manuscrito no Mosteiro de Tibães, para onde havia sido remetido, com os mais papéis de Frei João, do Mosteiro de Alpendorada onde, desterrado, havia acabado os seus dias. Estas notas foram sendo escritas, hoje uma, amanhã outra, a pouco e pouco consoante a disposição, desde os vinte e alguns anos do frade até ao fim da vida. O manuscrito, quando chegou às mãos de Camilo, encontrava-se truncado, com folhas arrancadas; e, ao publicá-lo, o romancista ainda cancelou algumas páginas dele «em consideração aos netos dos contemporâneos do frade e com respeito à honestidade de quem lê». Seriam talvez as páginas de mais faceta indiscrição. O pudor tem de ficar responsável por muita mutilação de textos que, completos, teriam temperado pela facécia a sua sisudez casmurra. Camilo praticou nas suas obras mais esta vernaculidade: o pudor.

Este Frei João foi homem de muita instrução, poliglota e versado nas letras divinas e humanas, talvez até mais nestas que naquelas. Escrevia nem melhor nem pior que os melhores prosadores do seu tempo, sendo conceituoso com elegância e discreto ironista. As

Memórias, porém, não se podem dizer bem escritas, porque se ressentem da sua natureza de anotação breve, sem intuítos de serem dadas à estampa. É nas cartas e nas relações de viagens pastorais — de que Camilo também nos deu amostras — que a sua prosa se apura, embora não possam ser tidas como modelos de vernaculidade.

Simultaneamente histórico e ascético, o relato autobiográfico que a última *Condessa da Atouguia* (1722-?) escreveu por ordem do seu confessor, constitui, ao que me parece, um documento memorialístico curiosíssimo. Escrito, talvez, durante o ano de 1783, está redigido num estilo simples, natural, sem quaisquer pretensões.

Foi publicado em 1916 ¹⁰ pelo padre jesuíta Valério A. Cordeiro, a quem a Superiora do Colégio do S. Coração de Jesus de Coalville (Leicestershire) as ofereceu num já velho manuscrito em papel com a marca «Bath 1828» e que, portanto, não podia ter sido escrito pela confessada. Este manuscrito, a que faltavam as primeiras folhas, foi completado, por diligência de Valério Cordeiro, com uma outra cópia do mesmo texto então na posse do Conde de Bertiandos, muito provavelmente feita sobre o manuscrito original que se encontrava em poder de Manuel Bento de Sousa.

Esta última condessa da Atouguia foi, como é vulgarmente sabido, filha dos marqueses de Távora, supliciados em Belém, e esposa do conde da Atouguia também ali justicado.

As suas memórias valem não só como depoimento histórico sobre a tragédia que resultou do frustrado atentado contra o rei D. José, mas principalmente como testemunho do que era a instrução de uma menina

nobre do século XVIII em Portugal, bem como, e principalmente, da formação moral e religiosa ministrada pelos jesuítas às suas filhas espirituais.

Leia o leitor uma página dessas memórias onde a condessa da Atouguia conta algumas das suas atormentações:

«Numa daquelas tristes noites me sucedeu um caso muito estranho, e que até agora não sei o que foi. Deitando-me em uma noite sobre o colchão, como costumava, senti sobre mim um peso que parecia me esmagava, e a este se seguiu um tormento em meu corpo, que com unhas de ferro me era despedaçada toda a carne dele. E não sei se Nosso Senhor repartiria comigo nesta forma de dores os tratos que, me diziam, o Conde estava levando, assim como os mais companheiros, porque escrevendo isto, me lembro, que dando-me grande cuidado o temor que lhe faltasse a paciência para os suportar, ou que neles desesperasse e lhe prejudicasse a sua salvação, pedia a Nosso Senhor que lhe diminuísse antes a ele as dores e mas desse a mim para as sofrer por seu amor; só as tive aquela noite, mas foi coisa horrorosa, e não foi em sonho, porque me parece estava acordada, mas não vi quem me dava aquele tormento; nele chamei por Nosso Senhor, quem me valesse, e daí por diante rodeava a minha cama com água benta antes de me deitar. Depois do Conde ir para a prisão algum tempo lhe foi de casa roupa branca que lá aceitaram, e pediam velas; depois de se fazer o sequestro nunca mais quiseram lá roupa branca, e só pediram as velas, que sempre as mandei enquanto me deixaram em minha casa por isso

mesmo é que eu fazia ideia do cárcere ser muito escuro, porque se pediam para todo o dia.

Quando me vinham os portadores uns atrás dos outros dizer: “Já se arremataram as bestas, agora levaram a prata, já não há carruagens”, eu tinha na memória toda a carta de instrução das calamidades de Job, para com ele: “Deus o deu, Deus o tirou: louvado seja tão bom o Senhor”.»¹¹

Não existe um inventário das memórias e diários do século XVIII recolhidos em arquivos públicos e particulares. É muito possível que ainda venham a aparecer documentos desta natureza com interesse. Têm vindo a ser publicados alguns manuscritos com o título de memórias mas que não passam, na realidade, cada um deles, de simples memoranda de eventos cortesãos ou ocorrências sensacionais que quebravam a monotonia da vida quotidiana de uma sociedade estagnada. Por vezes, anotações anodinas de ordem pessoal. Seja exemplo as *Memórias do primeiro conde de Povolide* (1655-1728) onde, conjuntamente com apontamentos, peças jurídicas e inventários, se encontram recordações pessoais sem qualquer valia.

A corte portuguesa do século XVIII, como já disse, não podia dar de si um Saint-Simon e muito menos um duque de Lauzun ou um conde Alexandre de Tilly. A monotonia da corte dos reis de Portugal, cuja maior actividade consistia na caça, na visita a igrejas e a conventos, nos espectáculos de ópera, em serenins e em sessões académicas absurdas, a vida de uma tal corte, quase burguesa, não tinha que contar mais do que noticiava a «Gazeta de Lisboa». Personagens de polpa, como foi o 4.º conde de Ericeira, D. Francisco Xavier

de Menezes, escreviam diários por desfastio que não passavam de noticiários para uso próprio, sem arte narrativa, sem agudeza crítica, sem originalidade no comentário.¹²

SÉCULO XIX

Se a memória me não trai, foi Aldous Huxley quem uma vez escreveu que o tema de toda a história ou de quase toda a biografia é conflito e frustração.

Esta antinomia caracteriza o século XIX português: a primeira metade da centúria, *conflito*; *frustração* a segunda, para cá de 1851. O século, que em Portugal só começa a assumir as suas características europeias a partir de 1807, com a desagregação das instituições tradicionais e com as guerras intestinas que haviam de terminar pela instauração do liberalismo, acaba, depois da experiência regeneradora, no sentimento colectivo da frustração dos ideais e dos princípios que incentivaram as lutas e os conflitos das suas cinco décadas iniciais.

A «élite» da geração que em Portugal se formou na luta contra o invasor francês e na revolta surda contra o «consulado» de Beresford, surge para a acção animada pela aspiração a criar novas instituições que dêem aos portugueses a qualidade de homens livres — garantias jurídicas, novas formas de associação para fins económicos, sociais e políticos, liberdade de expressão, de doutrina e de crítica, tudo sob a forma de uma «Constituição» votada ou outorgada. Da liberdade assim obtida se esperava a regeneração completa de país nos domínios do material e a elevação qualitativa dos portugueses na sua condição de homens livres.

A decepção veio quando, terminadas as lutas, se verificou a insuficiência do que se obteve com a vitória — e daí o sentimento de frustração, colectiva e individualmente sentido. Essa frustração, sentida diversamente e mais ou menos intensamente consoante a natureza e condição dos que a experimentaram, transparece nos memorialistas do século XIX. Pessoalmente, porém, ficou-lhes a recordação viva da aventura da idade esplêndida.

Com razão, Bulhão Pato escreveu nas suas memórias ao referir-se-lhes: « ... aparte o talento, esses homens tinham para narrar coisas extraordinárias! Seja qual for o ponto de vista por onde o historiador encare a revolução liberal, a verdade é que nenhum espírito despreocupado e justo lhe pode negar a grandeza. Não eram retóricas as palavras — masmorra, exílio, patíbulo, campo de batalha! Uns tinham gemido nos ergástulos, outros experimentado as penúrias da emigração. Este perdera um parente ou um amigo na forca, aquele tinha assinalado no corpo, por uma cicatriz, um dia de refrega.»

Destes homens que tinham coisas extraordinárias para narrar, alguns deles escreveram as suas memórias, contando as lutas e os erros do exílio; contaram-nos quando já a desilusão e o desencanto lhes faziam sentir magoadamente a frustração dos anelos e das esperanças. Do conjunto dos memorialistas desta época destacam-se, como tais, o marquês de Fronteira e de Alorna — D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto (1802-1881) — e José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855).

Possuía o *marquês de Fronteira e de Alorna* um notável talento de narrador e, como escreveu Vitorino Nemésio,

«no retrato pessoal é quase mestre». As suas memórias não foram redigidas à banca: foram ditadas, resultando daí o tom conversador e espontâneo que tanto convém ao género memorialístico.

Começadas a ditar em 1861, ficou suspenso o ditado das memórias em 1863, confinando-se nas ocorrências particulares e públicas sucedidas até à morte de D. Maria II.

O marquês de Fronteira era fidalgo de preclara origem e prosápia ilustríssima. Grande do Reino, insufruindo *par droit de naissance* grandes rendas e benefícios, seria natural que os seus interesses e os de sua casa o levassem para a facção política que lhos defendia. Mas não, foi sempre liberal. «Reflexionando, escreveu ele nas Memórias, em como eu e meus irmãos, nascendo aristocratas, rodeados de parentes que conservaram todos os prejuízos da classe, fomos sempre liberais, não posso deixar de atribuir isto ao cadafalso da praça de Belém, ao forte da Junqueira e ao convento de Chelas.»¹³

No entanto, sempre considerou «que um aristocrata que funda todas as suas pretensões só em pergaminhos e em ser descendente de indivíduos que prestaram à pátria relevantes serviços se torna ridículo e digno de escârneo; assim como também não tenho em grande conta o fidalgo que julga dever ocupar os primeiros cargos do país, só pelos seus serviços palacianos ou das seus antepassados». ¹⁴ Vintista, ajudante às ordens do general Sepúlveda, emigrado, *mindeleiro*, na designação dada por Herculano a cada um dos sete mil e quinhentos bravos, bateu-se em quase todas as batalhas das campanhas liberais e no cerco do Porto. Desandou depois em cartista extreme, amigo dedicado e partidário

fiel de Costa Cabral, e deu por acabada a sua vida política com a «Regeneração».

Com grandes relações e até com parentela nas várias cortes da Europa, viajou muito, deixando nas suas memórias retratos de alguns personagens de notabilidade europeia e quadros das sociedades aristocráticas da França e da Itália dos tempos em que as frequentou — e essas páginas não são das menos aliciantes das suas memórias.

A matéria que constitui os dois primeiros volumes da edição das *Memórias*, ou sejam, os que abrangem o período que decorre de 1802 a 1833, é, quanto ao que julgo, a parte mais interessante e de maior valor literário. Grande parte do que narra do período da infância e da adolescência é constituído por reminiscências que lhe ficaram vivas e por muito do que ouviu contar desde a mais tenra idade. Dessas reminiscências fez as suas narrativas mais sugestivas. Nelas se inserem os admiráveis quadrinhos plenos de realidade e pitoresco em que narra a infância e o meio em que ela decorreu.

Mas é nos retratos de personagens com quem teve mais íntima convivência que ele sobreleva a todos os memorialistas portugueses da sua época e até do século seguinte: «Surpreendeu os homens pelo lado faceto e quebradiço, não sem opor a restrição moderadora, o mérito ao lado do demérito, — a ressalva indulgente, numa palavra; e sempre que tinha de julgar de parentes ou aderentes, julgava»¹⁵ — excepto quando se tratava do Conde de Tomar.

Prova-se o que fica dito com a série de esbocetos em que ficaram retratados ao vivo sua avó, a marquesa de Alorna¹⁶, o conde de Funchal¹⁷, Drago Cabreira¹⁸, Napier¹⁹, o conde de Paraty²⁰.

José Liberato Freire de Carvalho foi homem de outra condição e qualidade. Fidalgo de meia tijela, possuía uma índole rebelde, mas o seu carácter era firme e sofredor e, como confessou, na maioria das vezes «impassível aos revezes da fortuna». Foi incontestavelmente um homem honesto, mas percebe-se que daquela espécie dos que o são no propósito de privarem os outros de lhes poderem negar tal qualidade. Quando Silva Carvalho lhe chamou «maroto» praticou uma injustiça, mas fê-lo na puridade do seu Diário íntimo.

Com o bom, com o mau, trabalhado pela aventura da sua vida, deu de si um sujeito curioso, cuja existência ficou digna de ser contada, do que ele se encarregou quando, ao fim da vida, se sentou à banca para escrever as suas memórias: «Hoje, 22 de Junho de 1854, em que faço oitenta anos, onze meses e dois dias, principio a escrever estas memórias da minha vida; e não é por vaidade nem por dar celebridade ao meu nome; é com especialidade para entreter os últimos dias da minha existência. Assim como o viajante, depois de muito viajar, folga, quando se acha em descanso, passar pela memória os perigos que correu, a variedade de gente que viu e tratou, e entre elas as boas e más fortunas que teve, também eu, depois de mais de oitenta anos de peregrinação na terra, acho uma certa consolação em me recordar do que passei, dos destinos que tive e dar transições que teve a minha vida.»²¹

Camilo, sempre que se referiu a José Liberato, menoscabou-lhe a obra e tratou mal o homem: «Um frade, sem a ciência do céu, infringe os votos porque se julga chamado para as transcendentales questões sociais. E não entende a primeira melhor que as segundas. Finge

de estadista e, como tal, é de um acanhamento de ideias deplorável! Vê as cousas e os homens três polgadas diante do nariz.»²²

Tendo tomado o hábito de cónego regrante de Santo Agostinho aos quinze anos (aos doze já estava senhor do seu latim), completou os estudos filosóficos e teológicos que o habilitaram ao professorado, que exerceu alguns anos no Mosteiro de S. Vicente de Fora. O que conta da vida e da convivência nos conventos por onde passou, no de Grijó particularmente, e depois na livraria de S. Vicente, constitui uma ilustração a como, nesses tempos, um frade se transformava em «pedreiro-livre».

Com as invasões francesas começou a sua odisseia de protestatário, opção que deu com ele em Londres, onde se fez jornalista. Em 1816 o conde do Funchal obteve-lhe o breve de secularização e, com andanças por Londres e Paris, voltou a Portugal depois da revolução de 1820 para de novo emigrar em 1826 e, por fim, regressar ao seu país depois da vitória dos liberais. Setembrista, anichou-se na Imprensa Nacional. Depois da restauração da Carta abandonou a política e acabou os seus dias a contar a sua aventura. Essa aventura, Nemésio, resumiu-a com o poder sugestivo da sua grande arte literária: «Com uma eterna tradução dos *Anais* de Tácito nos alforjes, calcorreou o país invadido pelos franceses, sofreu o desterro na ordem dos cónegos regrantes, viveu o remanso canonical da casa de Refoios de Lima e a regularidade simulada dos grandes conventos citadinos. Escondido em Lisboa, esteve metido num armário e disfarçou-se de mulher para mudar de paradeiro. Foi intrigante e perseguido. Bebeu

a água dos cárceres conventuais e comeu o pão do exílio.»²³

Foi nas *Memórias* que José Liberato deixou o único livro interessante que escreveu — a vida de um homem levado da sua vida remansosa de frade de ordem rica pelo turbilhão dos acontecimentos do seu tempo para o exílio e para a luta política, convivendo com grandes e pequenos, com eminências e bichos caretas.

As *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho* ficaram como um repositório de factos e uma galeria de figuras históricas. Constituem, no seu conjunto, uma valiosa fonte de informações para a história da época que abrangem. Literariamente, não valem muito. Não parece ter sido vasta nem profunda a cultura literária do antigo cónego regente e da literatura do seu tempo, da grande revolução operada nas letras e nas artes pelo Romantismo. José Liberato, apesar de ter feito da leitura «o maior prazer da sua vida», desconhecia tudo. Quando as necessidades de pecúnia o obrigaram a fazer traduções, os livros que escolheu revelam a qualidade das suas leituras.²⁴

Joaquim José da Silva Maia (1776-1832), deixou umas *Memórias históricas, políticas e filosóficas da Revolução do Porto em Maio de 1828 e dos emigrados portugueses pela Espanha, Inglaterra, França e Bélgica*, que foram publicadas por seu filho, no Rio de Janeiro, em 1841.

Silva Maia começara a escrevê-las em Inglaterra no ano de 1829 e terminou-as no Rio de Janeiro em 1830. Não constituem estas memórias nem um documento íntimo, como, aliás, o seu título indica, nem um quadro da vida social, apesar do autor pretender que elas fossem, além do mais, também filosóficas. São, como o

autor pretendeu, uma narrativa histórica contada por um dos seus comparsas e que abrange os acontecimentos políticos em Portugal desde a outorga da Carta até 1830, com principal incidência na retirada, dispersão e exílio dos liberais depois da *Belfastada*. «Persuadi-me, escreveu no prefácio, que enquanto não aparecia um historiador mais ilustrado, publicando eu estas Memórias avivasse as ideias de uns, esclareceria a de outros sobre factos de tanto interesse, apresentando ao mesmo tempo em um só livro o que se acha disperso no montão confuso das Gazetas, produções efémeras, aonde um artigo instrutivo é, apenas lido, que (sic) esquecido pela novidade do dia, ou pela do dia seguinte; quanto mais que havendo eu publicado na cidade do Porto, por tempo de dois anos consecutivos o periódico Imparcial em defesa do Legítimo Soberano e da Carta por Ele outorgada, estava de algum modo habilitado para continuar a escrever sobre o mesmo assunto, mormente acerca dos factos acontecidos aos emigrados, a quem acompanhei na sua peregrinação pela Espanha, Inglaterra e Bélgica, participando nos seus sofrimentos.»²⁵

Estamos portanto perante um autor que, em parte, satisfaz à condição indispensável ao memorialista: ter assistido aos acontecimentos que narra e conhecido os personagens a que se refere: «A maior parte dos sucessos que escrevo foram por mim presenciados; os outros os colhi de fontes imparciais; e uns e outros os encarei em seu verdadeiro ponto de vista, livre de prevenções, *fazendo-me* estranho a tudo para melhor falar de tudo.»²⁶

Assim, estas memórias pouco têm de íntimo e subjectivamente confidencial; são apenas, como

pretendeu o autor, um documento histórico honesto e tanto quanto possível desapaixonado.

As memórias que *Luz Soriano* (1802-1891) escreveu com o título *Revelações da minha vida* foram publicadas num volume que, pelo seu formato e número de páginas, repelem o leitor. É de crer que poucos as hajam lido e que o livro apenas tenha sido manuseado por estudiosos em leituras parciais e de mera consulta. Acontece, porém, que as memórias têm interesse e merecem uma reedição expurgada de quase metade do seu texto, ali onde, muito pouco a propósito, se faz a história de Coimbra (cento e sessenta e cinco páginas), de Montemor-o-Velho (seis páginas) e a descrição geográfica dos Açores (vinte e oito páginas).

As memórias de Soriano, bem como tudo o que lhe saiu da pena, são destituídas de método narrativo, de brilho e elegância de estilo. Valem, porém, pela notícia dos costumes e pela descrição de muitos dos episódios das campanhas da liberdade que o velho soldado «mindeleiro» viveu e sofreu como, por exemplo, a retirada após a *Belfastada* (pp. 253 a 282), o «depósito» de emigrados em Plymouth (pp. 290 e segs), a travessia da Inglaterra para a ilha Terceira (pp. 308 e 310).

O principal mérito das *Revelações* de Soriano reside no valor histórico do depoimento, no testemunho da duradoura vivência das paixões partidárias, nas páginas de desilusão e desencanto em que terminam. O memorialista, nestas *Revelações*, denuncia-se na sua excessiva humanidade — muito vaidoso e suficiente, cultivando o seu próprio crédito como, por exemplo, a páginas 431 e 432.

O *Conde do Lavradio* (1796-1870) começou a redigir as suas memórias em Dezembro de 1850 sobre os diários que manteve actuais durante as missões diplomáticas em que consumiu a maior parte da sua vida. Cedo, porém, abandonou a elaboração sob a forma memorialística, de maneira que as *Memórias* que vieram a ser publicadas durante os anos de 1932 a 1943 são principalmente constituídas pelos diários que D. Francisco de Almeida Portugal deixou no seu espólio. O 6.º marquês do Lavradio, sobrinho-neto do memorialista, preencheu com relatos históricos, principalmente fundamentados em papéis e documentos do arquivo da casa Lavradio, os hiatos existentes entre os diversos diários e fê-lo de uma maneira equilibrada e não destoante.

Foi o conde do Lavradio um dos mais distintos e esclarecidos diplomatas portugueses do século XIX. Pelos cargos e missões diplomáticas que desempenhou em França e na Inglaterra, onde como ministro plenipotenciário residiu dezoito anos, e finalmente em Roma, onde veio a falecer, o conde do Lavradio teve muito que contar, legando nos seus diários abundantes informações não só para a história política de Portugal mas também, e de muito interesse, para a história política europeia de 1830 a 1865.

D. Francisco de Almeida Portugal, vivendo muitos anos consecutivos no estrangeiro e portanto afastado das intrigas políticas do seu país, alcançou uma visão lucidíssima dos problemas portugueses de então e recheou os seus diários de páginas ainda hoje muito dignas de serem lidas.

Nem na parte redigida sob a forma memorialística, nem nos diários que serviriam de suporte à redacção completa das memórias, o leitor encontra um retrato,

um quadro descritivo do meio mundano ou político, uma paisagem, uma impressão de feição subjectiva; só factos, mas apontados com tal rigor que deles pode o leitor tirar sugestões coloridas e plásticas. Se este homem tivesse sido dotado de talento literário e do talento narrativo que possuiu o marquês de Fronteira e de Alorna, se houvesse possuído o dom de análise psicológica, que galeria de retratos poderia ter deixado, de Wellington, do rei Luís Filipe, de Talleyrand, de Palmerston, de Disraëli, da rainha Vitória, do príncipe Alberto! Que narrativas e descrições da vida da corte inglesa, que durante tantos anos frequentou em condições de observação muito especiais e privilegiadas!

Entre os diaristas sobreleva *António Ribeiro Saraiva* (1800-1890). O *Diário* de Saraiva chegou até nós incompleto e com grandes lacunas. Não obstante, é, ao que julgo, um dos documentos mais interessantes e vivos da literatura memorial do nosso século XIX.

No ciclo das lutas civis, Ribeiro Saraiva pertenceu à facção vencida e ele próprio foi uma das encarnações mais lídimas do Portugal velho, no que nele havia de melhor e do que o tornava inviável nos tempos que então eram novos.

Saraiva, que foi diplomata, jornalista, político, conspirador por necessidade e por vício, foi também, e principalmente, um homem de alta categoria moral e suma dignidade cívica. Passou a vida a conspirar, empregando muito mal as suas qualidades e o seu tempo, servindo as intrigas políticas da rainha Carlota Joaquina, das infantas beatas e levadas de trinta diabos, do pretendente D. Carlos de Espanha e, principalmente, a causa de D. Miguel. O vício conspiratório radicou-se-

Ihe por tal forma que quando não conspirava contra os adversários, conjurava contra os correligionários, sempre que julgava que eles não serviam a causa segundo o seu critério. Foi homem talhado pelo velho padrão mirandino «de antes quebrar que torcer», de «um só rosto e uma só fé». Um tanto ou quanto maníaco, com seu sainete de excêntrico. Palmerston considerava-o *l'homme le plus ennuyeux du monde, un vrai moulin à paroles*; e o conde do Lavradio levava-o de *intrigante* e de *doido*. D. Miguel, no exílio, só o aceitou como último recurso.

Sacrificou tudo o que era seu e a carreira à causa «legitimista». Dispondo algumas vezes de quantias avultadas fornecidas pelos carlistas espanhóis, nem um centavo utilizou em seu proveito, apesar de estar sem recursos e quase só alimentado com as castanhas que recebia de Sernancelhe, sua terra natal. Pelas páginas do *Diário* segue-se dia a dia o seu idílio com uma menina inglesa muito formosa e muito mais atilada — e tão prudente e de tanto juízo que o idílio acabou logo que o viu sem eira nem beira. Viveu em Londres uma longa vida tendo como principais recursos um muito modesto negócio de vinhos portugueses (e por isso Camilo Ihe chamou taberneiro), colaboração em jornais católicos e tradução de documentos para as chancelarias.

Escreveu muito e obrigou-se a todos os dias fazer um pequeno poema para um acervo que intitulou «Musa Quotidiana», que felizmente nunca publicou. Manteve regularmente correspondência com dezenas de vultos eminentes das causas chamadas legitimistas, portugueses, franceses e espanhóis. Ao fim de muitos anos de voluntário exílio, acabou alheado das realidades portuguesas, mas obstinadamente «miguelista».

A colecção de manuscritos que constituíam talvez a parte mais importante do espólio literário de António Ribeiro Saraiva foram parar às mãos de um tal H. J. West, súbdito inglês, que a vendeu por cento e setenta libras ao governo português a fim de ser integrada nos arquivos nacionais. Esse espólio compunha-se de correspondência oficial e particular, de autógrafos vários e de um diário. O diário, que em parte estava escrito em cifra e recheado de sinais de convenção, depois de decifrado foi publicado pela Biblioteca Nacional. «O *Diário*, — lê-se no prefácio, que cuida ser de Nogueira de Brito, o decifrador do manuscrito — que abrange o longo período compreendido entre o 1.º de Janeiro de 1831 e o 1.º de Janeiro de 1888, com extensas lacunas, é particularmente interessante. Além de retratar com absoluta fidelidade uma figura que, sem haver atingido, quer na literatura, quer na política, um excepcional relevo, não é, todavia, das individualidades menos representativas do agitado período que imediatamente precedeu o estabelecimento do regime constitucional, deve ser considerado uma das fontes mais valiosas para a reconstituição da história política do nosso país, na época, ainda imperfeitamente estudada, da decomposição do absolutismo. A par de mil factos, por vezes banais, da sua vida particular, — as visitas que fazia, os bailes e espectáculos a que assistia, os passeios que dava, as lições de flauta que recebia de um velho músico italiano, a par do registo minucioso das fases e incidentes do seu amor por uma menina inglesa, cuja casa assiduamente frequentava, Miss Catarina Sherson — o *Diário* de Ribeiro Saraiva dá-nos conta de toda a vida oficial do inteligente e lealíssimo diplomata, fornecendo-nos dados absolutamente inéditos que

completam, umas vezes, e outras corrigem, muitas e muitas passagens da nossa história moderna.»²⁷

O rei D. Pedro V (1837-1861) cuja precocidade intelectual e moral foi tão invulgar que toma quase a feição de fenomenal, desde os quinze anos que escrevia os seus diários de viagens. Devem, porém, estes escritos, redigidos em 1852, 1854 e 1855, ser antes considerados como livros de viagens do que propriamente como obras memorialísticas.

D. Pedro, no entanto, logo que começou a reinar — na consciência plena das suas responsabilidades e dos seus deveres — sentiu a necessidade de confidenciar ao papel as suas ideias, a análise do carácter e condição dos homens que o rodeavam, dos imperativos que o obsessionavam e das contradições do regime. E porquê ao papel? Por não encontrar à sua volta a quem as confiar e com quem estabelecer diálogo. Em 16 de Dezembro de 1856 escreveu no diário íntimo que ele mesmo designava por *Livro Negro*: «Se escrevo com esta dureza de linguagem, preferindo a verdade à maneira de a dizer, é porque padeço, é porque, sem pessoa alguma a quem possa falar com franqueza, porque uns não me compreendem e julgam ver em mim um pessimista atrabiliário, e outros abusam da minha confiança, preciso às vezes de lançar mão da pena para lhe ditar o que a alma sente. Não lisonjeio ninguém; sou mais seco que afectuoso, porque não gosto que me lisonjeiem, nem nunca encontrei em ninguém, a não ser raríssimas excepções, sentimentos que não tivessem em vista menos a pessoa do rei do que a dignidade do rei.» (Vol. VI, fol. 1420).

Além deste diário, por muito tempo julgado perdido mas afinal encontrado entre papéis remetidos para o paço ducal de Vila Viçosa, D. Pedro V deixou notas soltas, hoje reunidas nos 3.º e 4.º volumes dos seus *Escritos* publicados pela Academia das Ciências de Lisboa em 1926 e 1930. Algumas destas notas de feição memorialística são verdadeiramente notáveis, tais como aquelas onde D. Pedro faz a análise paralela do carácter e aptidões dos dois grandes marechais do Liberalismo — o duque de Saldanha e o duque da Terceira ²⁸ — da obra de Mousinho da Silveira e da acção revolucionária de D. Pedro IV. ²⁹

Em todos estes escritos, mas particularmente no *Livro Negro*, se pode estudar a evolução do seu ânimo de um entusiasmo optimista para a tristeza e o pessimismo em que a morte o veio encontrar.

Damião Peres escreveu justissimamente: «Ao assumir o poder propusera-se D. Pedro V morigerar a administração e sanear os costumes políticos; tudo isso sem desrespeitar os princípios do regime constitucional. Imaginava então que o exemplo do seu constante labor, a firmeza da sua vontade, a limpidez das suas intenções, acabariam por fazer triunfar as directrizes da sua acção. Enganou-se, porém, e a breve trecho entrou a reconhecê-lo.» ³⁰

As páginas memorialísticas de D. Pedro V constituem um dos documentos mais sérios da literatura memorial portuguesa do século XIX. Não terá sido D. Pedro V inteiramente justo na avaliação dos homens eminentes a quem sua mãe deveu o trono e o país a sua modernização; mas tal injustiça tem a sua principal causa na inteireza moral do jovem rei, a quem a curta vida não permitiu adquirir aquela indulgência compreensiva que

só a longa experiência dos homens e das condições a que estão sujeitos pode dar.

Em fim do século XIX começou *Bulhão Pato* (1829-1912) a redigir e a publicar as suas *Memórias*. O poeta, que viveu a sua mocidade no convívio e na intimidade dos grandes próceres do romantismo português, que participou, como voluntário entusiasta, na Patuleia e compartilhou da vida da mocidade dourada do seu tempo, recordava sempre essa fase da sua vida como se ela tivesse sido uma idade de ouro. Para ele só a sua geração e a dos seus mestres foi inteligente, generosa, brilhante: «Oh! Deus de misericórdia! que lástima me fazem uns entufados das letras e da política, que andam por aí, e que, por mais que labutem, não logram nunca esconder na tumescência do grande homem o bacharelito.»³¹

Quem quiser conhecer o que foi a sociedade portuguesa de 1848 e da «Regeneração» ganhará muito na leitura das páginas memoriais de Bulhão Pato, especialmente para se impregnar do ambiente social dessa época. A vida de Herculano no «eremitério» da Ajuda e em Vale de Lobos, a sua agonia e morte, destacam-se nestas *memórias* como o testemunho mais comovente e expressivo da vida íntima do grande homem. A simpatia, a devoção, o respeito e a gratidão inspiraram ao memorialista, nessas páginas, uma eloquência grandiosa e bela.

No capítulo intitulado «Quinta-feira da Ascensão de 1846» estão desenhados pelo poeta, com firmeza, uma série de tipos, episódios e anedotas dignos de leitura.

«Estas memórias — escreveu o poeta-memorialista — não são escritas, são conversadas; e daí a fala de

ordem, de método, os incidentes e episódios constantes. Os factos é que não se adulteram jamais.»³²

Aos retratos falta, talvez, aquele toque caricatural de que todo o retrato para ficar vivo necessita, mas nem por isso ficaram infieis nem artificiais nestas memórias. Bulhão Pato não possuía aquele mínimo de ironia que evita o alindamento do retrato daqueles a quem se admira. Eis, como, exemplo, o retrato de Garrett, acepillado com o que lhe faltou e com que outros olhos mais percucientes viram o poeta ilustre quando ele estava na mesma idade em que Bulhão Pato o pinta: «O grande poeta, nesse tempo, tinha cinquenta anos. Ao escrever estas linhas, tão vivo se me está retratando na memória, que me parece vê-lo! Em muito rapaz, uma desastrada queda arrancara-lhe a pele desde a nuca até à parte superior do crâneo, obrigando-o a usar cabelo postiço; mas com tal arte o trazia, que parecia de um desalinho natural. A testa ampla e não sulcada de rugas. Os olhos rasgados, luminosos e insinuantes, eram garços. O olhar fundo e meditativo, alumiaava-se a espaços de luz faiscante. Não conheci mais expressivo olhar! As pálpebras pisadas. A barba em volta do queixo, ao uso do seu tempo, sem bigode, uma pequena mosca. A boca um pouco grande; o beijo inferior grosso; mas a linha graciosa e finíssima. Voz não a ouvi mais harmoniosa e atraente, voz máscula, de barítono, modelada pelo gosto e pela arte. Como lia, como recitava e como falava! A estatura mediana; peito e ombros largos; mãos fortes e cabeludas.»

Um retrato favorecido onde, para mais, abundam os pontos de exclamação. Vejamos agora o traço caricatural que lhe daria vida. Por essa mesma altura, D. Juan Valera — o autor de *Pepita Jimenez* — conheceu

Garrett e assim o descreve a sua mãe, numa carta datada de Lisboa: «Entre las personas notables que conoci aquel día, es la más digna de memoria el poeta Garret (sic), fecundísimo autor, jefe y maestro de los literatos portugueses y restaurador del buen gusto. Este Señor va muy acicalado siempre, y parecería un Adonis si no tuviera peluca, la cara llena de arrugas y los dientes postizos.»

Desalindando o retrato pintado por Bulhão Pato com alguns toques da caricatura feita de improviso por Valera, não teremos a fisionomia viva do Garrett das *Folhas Caídas* e dos seus amores com a então baronesa da Luz?

Também nos quadrinhos que recheiam parte das *Memórias* há paisagens — tão pouco tratadas pelos nossos escritores românticos. Na pena de Bulhão Pato, essas paisagens são finíssimas aguarelas. Eis um trecho de paisagem ribatejana: «Num dia deslumbrante, partimos todos, a cavalo, lezíria dentro, para a quinta do nosso hóspede. Nos tapizes de relva os malmequeres e as margaridas; nos trigais tensos e lanciolados as ambulas purpurinas das papoulas, e toda a campina encrespando-se suavemente, com o mar chão e esmeraldino, arripiado por uma leve aragem. O Tejo, que transbordara com a invernia, enchendo as valas, alongava os braços prateados pelas ínsuas, sob os salgueiros recurvos e já frondados.»

SÉCULO XX

No século XX a literatura memorial portuguesa tomou novo rumo e ganhou feições que não são aquelas por que se particularizou o género.

Com a queda do regime monárquico e o advento da República apareceu um grupo de memorialistas cujas obras não são, na sua essência, mais do que libelos acusatórios uns dos outros consoante o bando partidário a que pertenceram. Certamente o esboroamento do regime monárquico em Portugal não teve qualquer espécie de grandeza nem de dignidade e essa mesquinhez criou na vida social e política do país um ambiente onde se malograram o entusiasmo e a esperança em que nasceu o novo regime. Na sua maioria a «élite» da República manifestou não estar à altura da missão que lhe incumbia; e, apesar de modificações superficiais, não se criaram novas condições sociais e económicas ao povo português, caindo-se numa lamentável luta de interesses partidários e gloriolas pessoais.

Aferidas por este padrão de mediocridade, as obras memorialísticas que se escreveram ficaram à proporção. A extensa obra de Júlio de Vilhena *Antes da República*, as memórias de António Cabral, as de Jacinto Cândido não são mais que varrer de testadas, acusações mútuas e mútua imputação de responsabilidades. Valor memorialístico, quase nulo.

Se nos volvermos para a obra memorialística dos homens do novo regime o que há aí que mereça perduração no tempo, se exceptuarmos as de José Relvas? O *Diário* de João Chagas, escrito num intuito de

vingança e publicado no propósito de auferir rendimentos pecuniosos do escândalo, deturpa factos, calunia amigos, deixando apenas revelar a má natureza moral do seu autor que, cónscio da sua frustração, pretende sobressair pelo abaixamento dos outros. Embora num posto de observação donde poderia ter colhido, se para tal tivesse dotes e posição que não soube criar na sociedade francesa, informações e aspectos da vida social e política da França durante a guerra de 1914-1918, João Chagas deixou uma obra mesquinha nos propósitos e na execução, muito abaixo dos seus dotes que, como jornalista e panfletário, foram notáveis.

As *Memórias* de José Relvas (1858-1929), cujo primeiro volume foi publicado recentemente, constituem não somente o mais valioso depoimento sobre a preparação da revolução de 5 de Outubro de 1910 como também sobre a própria revolução (o relatório de Machado dos Santos é também verídico mas o seu ângulo de visão é estreito e a qualidade literária nula).

As memórias de José Relva são muito bem escritas e ressuma delas a honrada fidalguia desse homem digníssimo. Nelas se assinalam os diversos factores da dissolução do regime monárquico e se revelam com autenticidade e superação crítica o condicionalismo que logo de início se foi criando para a frustração dos ideais republicanos em que, num raro momento, comungaram o povo e as classes cultas.

A participação de Portugal na grande guerra de 1914-1918 suscitou o aparecimento de uma série de memórias

de combatentes e prisioneiros. Apesar de as haver da pena de Jaime Cortesão, de Augusto Casimiro, de Pina de Moraes, de André Brun e de Alexandre Malheiro, o seu valor é medíocre.

Fora de intuitos políticos e polémicos imediatos têm aparecido a esmo, ainda no tempo de uma geração que não está extinta, memórias que alcançam o fim da monarquia e vão acompanhando outras a existência da República.

Dois cortesãos de cepa fidalga, homens de apurada ilustração, deixaram memórias que os seus descendentes publicaram. Possuem qualidades e valores próprios do género. Refiro-me às memórias do 6.º marquês do Lavradio e de Tomás de Mello Breyner.

Na leitura das suas páginas se vislumbra que de 1875 a 1908 houve em Portugal, para as classes aristocráticas, uma época de «douceur de vivre» que, em todas as sociedades e em todos os tempos, prenunciam e precedem a sua extinção. «Quem viveu os últimos vinte e seis anos do século passado e os primeiros deste — escreveu o marquês do Lavradio — não esqueceu certamente quanto era fácil, despreocupada e alegre a vida de Lisboa. A alta sociedade desse tempo era “civilizada” e escolhida, existindo ainda a chamada “vida de sociedade”, que a geração de hoje ignora.»³³

É do ponto de vista desta «alta sociedade» que tanto este como Tomás de Mello Breyner viam as transformações que se iam operando na vida social portuguesa.

As memórias do 6.º *marquês do Lavradio*, possuem os requisitos específicos do género: narrativa da vida do autor, sempre inscrita nos acontecimentos políticos em

que participou, principalmente depois do regicídio, como secretário particular do rei D. Manuel II, a quem acompanhou no exílio. A dedicação do memorialista aos monarcas que serviu e ao serviço dos quais arruinou a sua fortuna, merece a admiração do leitor, como todas as dedicações desinteressadas a uma convicção e a uma causa. Além disto a personalidade moral do autor revela-se digníssima e quem tiver o propósito de escrever uma história da vida social e política que estas memórias abrangem pode confiar nelas.

Tomás de Mello Breyner, também titular, foi um médico distinto. Deixou as suas memórias incompletas, pois a parte pessoal delas não vai além dos dezassete anos do autor. Estão, porém, recheadas de reminiscências da infância que o autor conta com grande pitoresco e lhanesa, desenhando com sabor expressivo muitas figuras que conheceu desde a sua infância, galeria que vai dos criados da sua casa, aos quais se mostra em extremo dedicado, até reis e rainhas que serviu e com quem conviveu.

Publicadas muito recentemente, mas também referentes ao período final da monarquia e à agitação revolucionária em que participou, pertencem as memórias de *Aquilino Ribeiro*, que o autor começou a escrever no fim da vida, utilizando algumas páginas anteriormente publicadas. Intitulou-as *Um escritor confessa-se*. Aquilino já praticava o género memorialístico — ou de jeito memorial — nos volumes publicados antes da Segunda Guerra Mundial: *É a guerra* e *Alemanha Ensanguentada*. Quando *Um escritor confessa-se* apareceu, postumamente, o livro foi lido com decepção. Decerto

possuem estas memórias a mesma riqueza literária que foi apanágio do autor, a mesma fragrância, pitoresco e vida nas figuras ali retratadas que possuem as ficcionadas pelo romancista. Somente, nas memórias aquilínianas o que se conta da sua vida e circunstâncias que a rodearam participam do seu jeito ficcionista. Pode bem considerar-se este volume de memórias — o único que deixou escrito — como uma adenda a *Via Simosa* e a *Lápides Partidas*. Como confissão, pertence, ao número daquelas em que o penitente tenta iludir o confessor .

Por volta de 1962 foram publicadas no Brasil *Memórias do Capitão*, de João Sarmento Pimentel, que em Portugal só puderam ser lidas depois do 25 de Abril, em edição portuguesa. Assim, durante mais de dez anos estiveram os portugueses privados de poderem ler um dos mais belos livros de memórias que têm sido escritos em língua portuguesa. Ao prefaciá-lo, Jorge de Sena, começa a interrogar: «Que diremos que estas “Memórias” são? História ou literatura? Ficção ou documento? Sonho ou realidade? Reminiscência ou fantasia?»

Sarmento Pimentel foi um grande militar e é um homem eminentemente culto que nestas memórias se revela como um dos grandes escritores da língua portuguesa, e que, como tão bem disse o mesmo Jorge de Sena, respondendo às perguntas iniciais do seu prefácio, teve o raro e, entre nós, singularíssimo poder de «transformar em arte a História de que participou» — em arte na linguagem e em arte na tessitura das suas narrativas e na representação das figuras evocadas.

Publicadas inicialmente em três volumes que foram sendo dados à estampa com largos intervalos, são as *Memórias de Raúl Brandão* (1867-1930), muito originais na irregularidade da sua composição. Abrangendo o período que imediatamente precede o regicídio até às proximidades da ditadura militar de 1926, as memórias de Raúl Brandão ficaram ricas em retratos de artistas, de escritores, de políticos, abrangendo ao mesmo tempo aspectos pitorescos e trágicos de toda a gama social do seu tempo — e tudo isto visionado pelo prisma com que se propôs ver as pessoas e as coisas — com ternura e piedade. Estas memórias são, simultaneamente, uma obra de confissão e de reportagem, de notícia e de crítica, de lirismo e de sátira.

No século XIX, Sénancour e depois Amiel, um com *Obermann* e o outro com o seu *Journal Intime*, podem bem ser considerados como os criadores da literatura intimista em que o homem é, ao mesmo tempo, espectáculo e espectador de si próprio. Corresponde a uma maneira de ser muito particular que força o intimista a confessar a si mesmo, problematizando-os, os seus pensamentos e as suas ideias, mais que os seus actos.

Literatura intimista em Portugal, parece-me que só a podemos encontrar — condigna, bem entendido — na *Confissão de um homem religioso* de José Régio. Régio escreveu-a, certamente, para ser publicada postumamente, se acaso não a escreveu para si próprio — o que orça pelo mesmo. Não é vária a sua problemática, mas é intensa e vasta sobre a angústia sentimental e intelectual que lhe dominou a vida: a

privação da Fé e o sofrimento de não poder viver sem ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Unamuno, ao confessar uma vez a sua predileção pelos livros de memórias e de autobiografia, acrescentou: «Nunca he sabido darme cuenta de la razón de esa escasez de libros de memorias en nuestra literatura española. Acaso se deba a la monotonía y poco saliente de nuestra vida ordinaria, acaso a lo flacos de memoria que somos, ya individual ya colectivamente; acaso también al poco, al pouquisimo interés que aqui despierta el hombre.»

Também, como já notamos, a literatura portuguesa sofre da mesma carência e muito mais porque no género autobiográfico e de análise interior não possui obra que, mesmo de longe, se possa confrontar com o «libro de su Vida» escrito por Santa Teresa de Jesus.

Motivos dessa pobreza não é fácil atinar com eles e só com muitas reservas podemos ousar atribuí-los àqueles que nos pareçam poder explicá-los. Uma confissão como a de Santa Teresa de Jesus devemos considerá-la fora de qualquer enquadramento comum ou encadeamento lógico, porque é uma obra genial — e o génio é um acidente na ordem humana.

Removido este acidente, as duas literaturas peninsulares aparecem igualmente pobres em memórias, diários e autobiografias. Porquê?

Talvez haja causa no acanhamento e monotonia que, salvo em raros momentos históricos, sempre caracterizaram a nossa vida social; possivelmente na incapacidade de verdadeira análise introspectiva que é comum à maioria dos portugueses; porventura na repugnância quase visceral a enfrentarmos-nos tais como somos e tal como agimos.

Por outro lado, poucos têm sido os portugueses que tenham dado amplitude às suas experiências ou análises transcendendo-as para o plano das concepções.

Mas talvez estas prováveis causas, se acaso têm um mínimo de validade e não estão completamente erradas, sejam até excessivas para a criação do género de literatura memorial.

Ver e observar bem e contar com nitidez e animação o que se observa e o que se viveu constitui essencialmente a substância do género memorialístico. Quanto à expressão, na arquitectura e na forma, para que as memórias e os diários não fiquem apenas como um seco documento e se elevem à categoria de género literário, é necessário que o diarista ou o memorialista possuam o talento de saber contar de uma forma conversada, dando carácter e vivacidade às figuras, cada uma com sua particular feição e transmitindo a narrativa de qualquer acontecimento, episódio ou situação com a nota verdadeira e justa que lhe corresponda.

Se o memorialista fôr um artista da palavra escrita, as memórias, então, hão-de ficar — mas por acréscimo — também como monumentos literários.

Na panorâmica histórica do género memorial, que temos vindo a tentar traçar, existem memórias e diários que possuam as condições essencialmente caracterizantes do género? Certamente — e evidenciam-se como tais as do marquês de Fronteira e de Alorna, as de José Liberato Freire de Carvalho o *Diário* de António Ribeiro Saraiva. Nenhum deles, porém, foi artista da palavra escrita, mas qualquer deles possuiu os dons suficientes para dar ao leitor uma leitura interessante e aprazível.

Os outros não faltaram à narrativa verídica, contando sobriamente, mas sem *secura*, o que presenciaram, recordando o que viveram e deixando, como os destaquei, depoimentos e testemunhos verídicos, de valor histórico incontestável. E se estes últimos não deixaram livros de leitura recreada, legaram documentos de valor tão indiscutível que não haverá historiador das épocas em que eles se inscrevem que possa prescindir da sua consulta.

Ficaria, porém, incompleto este bosquejo — mais incompleto, melhor diremos — se não mencionássemos aquelas obras que, com o título de *Memórias* ou *Diários*, não são na realidade diários nem memórias, ou o são apenas parcialmente. É o caso, para colhermos logo o de um dos maiores, de Camilo Castelo Branco com as *Memórias do Cárcere*. O romancista dera entrada na Cadeia da Relação do Porto em 1 de Outubro de 1860. Estava pronunciado por crime de adultério. Saiu absolvido ao fim de trezentos e oitenta e quatro dias e logo em 1862 publicou as *Memórias do Cárcere*, título provavelmente escolhido na mira de uma extração rápida da obra. De facto, em 1864 a edição estava esgotada e aparecia uma segunda tiragem. «O título dera esperanças, que o texto

desmentira» — escreveu Camilo no prefácio à segunda edição. Nestas *Memórias* só o *Discurso Preliminar* é autobiográfico e particularmente atinente ao curto período que antecede a prisão. Escritas em defesa de uma situação pessoal em que o autor não se podia sentir com boa consciência, estas páginas autobiográficas são mais histriónicas do que verdadeiras. É lícito incluir as *Memórias do Cárcere* como obra memorialista no elenco de livros de memórias? Também o *Bom Jesus do Monte* pode ser reclamado como um livro memorial; mas aqueles episódios ali compendiados constituem realmente memórias? Não são, como a maior parte da obra camiliana, um tecido de realidade e fantasia, de autobiografia e ficção?

Saltemos no tempo, e de um grande escritor do passado transitemos para um grande escritor do presente — Miguel Torga. O seu *Diário*, publicado regularmente, a espaços comedidos, desde o primeiro até ao décimo segundo volume recentemente aparecido, deve ser considerado justamente como um diário, uma vez que é escrito para o público e com o pensamento nele? Não lhe faltarão para o ser, como documento confessional, o intimismo e a espontaneidade de tais escritos e, principalmente, a reserva em que são mantidos? A veracidade quase absoluta que a posteridade atribue a tais registos memoriais — e o que acontece com o *Journal Intime* de Amiel é um caso bem frisante — não ficará comprometida?

Há, é certo, exemplos de tais indiscreções: ocorrem-me as *Confissões* de Rousseau e a *Memoranda* de Barley d'Aurevilly. Mas havemos de convir em reconhecer em ambos os histrionismos das suas atitudes sociais, o que não é o caso de um Torga.

Não sendo, ao que julgamos, o *Diário* de Miguel Torga um verdadeiro diário, por não participar do intimismo de tais escritos, o que é então nas prosas e poesias que o compõem? Julgo que é uma obra extraordinária, dessas obras singulares que, rompendo com todos os cânones e retóricas, afirmam e vitalizam a literatura da língua em que são escritas

Na literatura portuguesa, neste género memorial, existem muitas páginas memorialísticas e autobiográficas dispersas. O fragmentarismo a que os escritores portugueses, por fás ou por nefas, são tão propensos, também aqui se manifesta. E há excelentes e belas páginas memoriais: lembro os dispersos auto-biográficos de Herculano, coordenados por Vitorino Nemésio sob o título — dado, aliás, pelo próprio Herculano — *Scenas de um anno da minha vida*; a carta autobiográfica de Antero a Wilhelm Storck; a autobiografia de Ramalho Ortigão; as páginas de recordações e memórias de Teixeira Gomes em *Uma Fácil Vitória Diplomática* (ainda por reunir em volume e publicadas na *Seara Nova*), *Urso Branco*, postumamente publicadas no jornal *A Capital*, capítulos da *Miscelânea*, de *Regressos*, de *Londres Maravilhosa*; a autobiografia de Trindade Coelho; a autobiografia de Fialho, no volume *À Esquina*; etc.

Creemos ser esta resenha a primeira tentativa que se faz para o estudo da literatura memorial portuguesa. Não a julgamos completa nem a consideramos suficiente. Como tentativa que é, tenteia sem pretender alcançar a categoria de ensaio. Se conseguir despertar a atenção dos estudiosos e dos apaixonados pela leitura

para este ramo da literatura portuguesa, está atingido o escopo que o trabalho visa.

Fevereiro de 1978

NOTAS

¹ M. de Lemos — *Ribeiro Sanches*, p. 154.

² *Subsídios para o estudo da História da Literatura Portuguesa*, XII, pp. 39-40.

³ Um exemplo ilustrativo: foi publicado por Luis Bivar Guerra o *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*. Aí se encontram descritas algumas das peças mais delicadas e de maior requinte da chamada Baixela Germain, hoje no Museu de Arte Antiga. Refiro-me ao centro de mesa de Thomas Germain e às estatuetas de prata dourada representando homens e mulheres de diversos países, de Cousinet. Estas admiráveis obras de arte, que foram sequestradas ao duque de Aveiro, encontravam-se no seu palácio de Belém. Percorra o leitor no mesmo inventário e arrolação dos móveis e verá quanto diferiam da qualidade e gosto daquelas peças. O palácio do duque de Aveiro em Azeitão, onde foi preso, estaria um tanto ou quanto desguarnecido, embora o duque ali fizesse frequentes estadias. Para avaliar do estilo de vida de uma das casas nobres mais ricas de Portugal leia-se a descrição do quarto de dormir do duque:

«4 Panos de rás, duas tiras e uma sobreposta de diversas mãos, três deles novos e um usado os quais representavam o sacrifício da Lei Antiga, triunfo do Sacramento, dois Anjos com instrumentos e duas tiras representando a Fortaleza e a Justiça.

1 Barra lisa com seu espaldar, com um enxergão de riscado e cheio de palha, dois colchões velhos de brim de Hamburgo, de riscado, cheio de lã e já com buracos e uma fronha de brim cheia da penas.

1 Tamborete raso forrado de carneira vermelha, velha e rota.»

(*ob. cit.* — p. 343)

⁴ Algumas passagens memorialísticas da obra do Cavaleiro de Oliveira, encontrá-las-á o leitor facilmente em *Recreação Periódica*, 1.º vol., pp. 9, 16, 17, 21, 25, 33, 44 a 72, 79, 80, 106, 107, 110 a 113, 122 a 126, 135 a 143, 158 a 160, 172 a 179, 193 a 195; 2.º vol., pp. 9, 22 a 24, 51, 69 a 77, 141, 163, 168 a 171, 184 a 189, 196, 242 — *Cartas Inéditas*, pp. 155, 157, 210 a 214, 217 a 223, 228 a 229, 233, 236, 256 a 258 260 a 264, 268 a 270 — *Bíbls.* Ano 1935, p. 450 — *Opúsculos contra o Santo Ofício*, pp. 55 a 61, 135 a 137. *Reflexões de Félix Corvina dos Arcos*, pp. 7 a 9, 92 a 93 — *Discours Patbétique*, pp. 32, 34, 51.

⁵ *Cit.* A Gonçalves Rodrigues — *O Protestante Lusitano*, pp. 4-5.

⁶ *Id.* p. 93.

⁷ *Ob. cit.*, pp. VI-VII.

⁸ *Investigador Português em Inglaterra*, vol. X a XVII — *Revista Literária*, do Porto, vol. XII, *O Instituto* vol. LXIX e LXX. *Cartas* (Col. Clássicos Sá da Costa).

⁹ *Memórias de Fr. João de S. Joseph Queirós, Bispo do João Pará*, com uma extensa introdução e notas ilustrativas por Camilo Castelo Branco — Porto, Typographia da Livraria Nacional, Rua do Laranjal, 2 a 22-1868.

¹⁰ *A Última Condensa de Atouguia (Memórias Autobiográficas)*, Prefácio, Introdução e Notas do P. Valério A. Cordeiro (2.ª ed.) 1917.

¹¹ *Ob. cit.*, pp. 81-82.

¹² *Diário de Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde da Ericeira* (1731-1733), apresentado e anotado por Eduardo Brazão,

Coimbra, 1943. Assim, também, a *Gazeta em forma de carta*, de João Soares da Silva (ed. Bibl. Nac. 1933).

¹³ *Ob. cit.*, p. 90. Referia-se ao suplício dos Távoras, seus parentes, às prisões do forte da Junqueira onde esteve seu bisavô e ao convento onde, por ordem do rei, estiveram encerradas suas bisavó e sua avó, a marquesa de Alorna.

¹⁴ *Ob. cit.* 1.º vol., pp. 83-84.

¹⁵ *Sob o Signos de Agora*, de Vitorino Nemésio, p. 49.

¹⁶ Ver 1.º vol., pp. 14, 15, 55, 110, 132, 135, 140, 151 e 335.

¹⁷ Ver 2.º vol., pp. 62, 65, 66, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 89, 90 a 102, 105, 176, 194, 196, 197, 199, 201, 205 a 209.

¹⁸ Ver 1.º vol., pp. 210 a 215.

¹⁹ Ver 2.º vol., p. 328, e 3.º vol., p. 44.

²⁰ Ver 2.º vol., pp. 250 a 251.

²¹ *Memórias*, p. 5.

²² *Dispersos de Camilo*, vol. II, p. 495 — Em *A Queda de um Anjo e Livro da Consolação*, ao referir-se-lhe, afina por este tom.

²³ *Exilados*, pp. 24 a 26.

²⁴ Em 1849 traduziu *Amores de Paris*, em 1851, *Antónia ou menina da montanha* e ainda *História da Bastilha* e *Máscara de Ferro*.

²⁵ *Ob. cit.*, pp. XI-XII.

²⁶ *Ob. cit.*, p. XII.

²⁷ *Diário de Ribeiro Saraiva*, 1831-1888, Tomo I, p. VII.

²⁸ *Escritos de el-Rei D. Pedro V*, vol. III pp, 353 e 355.

²⁹ *Id.*, vol. V, pp. 202 a 210.

³⁰ *D. Pedro V nas páginas do seu diário íntimo*, p. 85.

³¹ *Memórias*, 1.º vol., p. 142.

³² *Memórias*, 1.º vol., p. 183.

³³ *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*, Edições Ática, p. 19.

DOCUMENTÁRIO ANTOLÓGICO

Para revelar àqueles que desconhecem os nossos memorialistas os vários aspectos das memórias e diários a que nos referimos no texto seria necessária uma antologia volumosa. Não a podendo fazer nas escassas páginas de que dispomos, limitar-nos-emos à escolha de alguns trechos que inevitavelmente não correspondem ao que conviria para confirmação das apreciações que me aventurei a fazer.

Das *Memórias do marquês de Fronteira e de Alorna* limitamo-nos a dois retratos ¹, o do general Drago Cabreira, enquanto vintista, e o do almirante Napier, comandante da esquadra liberal e vencedor da batalha do Cabo de São Vicente.

De Drago Cabreira:

«Mas nada de mais extraordinário do que o velho general Cabreira, começando pela sua extravagante *toilette* : um uniforme de artilharia, duma exageração espantosa; as abas da farda tocavam-lhe nos calcanhares e o chapéu era dumas dimensões enormes, com um grande penacho preto de rabo de cavalo, as dragonas disformes em tamanho e a espada dum comprimento espantoso, tendo uma roda no fim da bainha, que abria um sulco na terra, que parecia de um arado. Como bom sebastianista que era e com a modesta pretensão de ser um segundo Condestável D. Nuno Álvares Pereira, trazia por

cima da farda uma correia, como as que vemos nos retratos de el-Rei D. Sebastião.» (1.º vol., p. 210).

«O General Cabreira era extremamente cómico para produzir entusiasmo. Junto ao Cruzeiro de Arroios, levantando a sua enorme espada, gritou com voz de trovão: *Viva a muito grande e heróica cidade de Lisboa e honra à memória de Nuno Álvares Pereira!* Os seus gritos e a sua voz provocaram as risadas dos patriotas.» (1.º vol., p. 210).

«Seriam oito horas da noite saíamos da casa de pasto e encontrámos o General Cabreira rodeado da mesma população e de archotes, marchando para o lado do Rocio, em sentido contrário do seu quartel general, gritando *Traição!* e dando vivas aos indivíduos que, poucos dias antes, tinha deposto, e, subindo à varanda donde tinha proclamado o Governo então existente, proclamou, de novo, o que tinha sido deposto, com igual entusiasmo da população.» (1.º vol., p. 215).

De Napier.

«Ao amanhecer do dia 3, senti bater, com força, à porta do Quartel General, o que acontecia repetidas vezes. Abri a janela e deparei com o Duque do Faial, em traje de viagem, seguido de dois marujos, trazendo um dois sacos as costas e o outro a cara embrulhada num lenço, parecendo que estava ferido. Mandei abrir a porta e corri a dar ao meu general a bela notícia.

Subindo o Duque a escada e entrando na sala, vi que um dos marujos o seguia e que fumava, tranquilamente, um bom charuto de Havana. Entrando na sala, o Duque da Terceira abraçou o Duque do Faial e apertou a mão do marujo, com grande efusão, dizendo-lhe que, desde os Açores, nenhuma notícia tivera dele. Descobri então que era o Capitão Napier, nosso novo Almirante, o qual trazia na cabeça, um chapéu de oleado, de marinheiro, vestindo uma jaleca azul e umas calças e colete brancos, tudo tão porco, que não se pode descrever.

Tinha a cara extremamente inchada e, por isso, a trazia coberta com um lenço de tabaco, em extremo sujo.

Falava com facilidade o francês, mas com pronúncia inglesa, e tinha, entre os meus camaradas, muitos conhecidos. Meu cunhado, Mousinho de Albuquerque e meu irmão tinham certa confiança com ele, o que era fácil, visto o seu carácter, confiança que eu adquiri também, poucas horas depois de ter a honra de o conhecer, tendo a felicidade de lhe agradar, e, apesar da diferença de idade e de patente, desde logo o considerei como um dos meus bons amigos, do que me deu muitas provas até à sua morte.

O Capitão Napier denunciou, desde logo, a sua originalidade e o seu bom espírito. Durante o almoço que lhe fez servir o Duque, um dos Duques disse-lhe que era indispensável um conselho de Estado imediatamente, porque não tínhamos tempo a perder, ao que ele respondeu, um pouco zangado: *Eu não tenbo nada com as decisões do conselho de Estado. Se Sua Magestade me quiser confiar uma expedição para a desembarcar ao sul do Tejo e me deixar livre, com a esquadra, para ir guerrear a de D. Miguel ancorada em Caxias, ou para a tomar de abordagem se ela levantar ferro, ficarei ao serviço da Rainha; mas, se em vinte e quatro horas, me não der uma resposta, parto para a Inglaterra pelo primeiro barco a vapor.*

Durante o almoço, apareceu Mandizabal e Rodrigo da Fonseca Magalhães que tinha sido companheiro de viagem do Capitão Napier.

Os viajantes prepararam-se logo para, na companhia do Duque da Terceira, se apresentarem ao Regente. Napier, olhando para si, disse que não os podia acompanhar sem fazer uma *toilette*, e perguntou ao meu general: *Que patente tem o seu Ajudante de campo?*

Disse-lhe que era capitão, e ele disse-me: *Sr. capitão, tenha a bondade de mandar entrar aqui o marujo com os meus sacos.* E, entrando este, abriu os sacos, olhou para dentro e, voltando-se para nós, disse-nos: *É extraordinário! O que tenbo nos sacos está mais porco do que o que tenbo no corpo!*

Decidiu-se a ir apresentar-se a Sua Magestade como estava, partindo todos para o Quartel Imperial, onde foram recebidos com toda a afabilidade e entusiasmo.» (*Vol. 2.º, pp. 328 a 330*).

Desembarque das tropas liberais no Mindelo e ocupação do Porto:

«O Almirante Sartorius trazia o seu pavilhão no mastro da fragata *Rainha*, a bordo da qual ia o Ministro dos Negócios do Reino e Estrangeiros, Duque de Palmela, que muitas vezes vinha conferenciar com Sua Magestade e com os outros Ministros. Pelo que eu pude perceber, quando saímos dos Açores, não havia nenhum projecto formado, as opiniões dos Conselheiros da Coroa eram várias, querendo uns que se desembarcasse ao norte do Douro, outros ao sul, e alguns que se atacasse logo a capital, desembarcando-se em Cascais. O facto é que só no dia 7, à tarde, quando estávamos à vista de Vila do Conde, é que o Imperador e os seus Ministros decidiram que o desembarque se fizesse nas praias do Mindelo. Alguns dos Ministros e dos indivíduos que privavam com o Imperador estavam completamente iludidos. Mousinho da Silveira e José da Silva Carvalho, com a maior boa fé do mundo, entendiam que as leis promulgadas nos Açores eram o Exército que destronaria D. Miguel e que nós outros, militares, não tínhamos a fazer mais do que a guarda de honra do Regente.

No dia 8 de manhã, firmes na ideia de que tudo se faria com a bandeira azul e branca desenrolada e com o código de leis da ditadura na mão, aconselharam Sua Magestade Imperial a que mandasse um Ajudante de Campo a Vila do Conde intimar o general que ali comandava a que proclamasse a Rainha e a Carta.

Desde a véspera que sabíamos quem era o general miguelista que comandava em Vila do Conde, porque o Vice-Almirante Sartorius, acompanhado do Quartel-Mestre General, Capitão Baltazar Pimentel, tinha ido, numa

embarcação ligeira, reconhecer a costa, e os pescadores, que encontraram, os haviam informado de quem era aquele general e de como estavam colocadas as forças que guardavam o litoral.

O Ajudante de Campo do Imperador, Major Bernardo de Sá Nogueira, foi mandado a fazer aquela intimação, expondo-se a ser assassinado, e nenhum resultado tirou da sua missão, como todos devíamos esperar, tendo em resposta, do General Cardoso: *Que nada tinha com o Senhor D. Pedro, porque só reconhecia como rei o Senhor D. Miguel, e que estava decidido a cumprir o juramento que havia prestado.*

É fora de dúvida que o Major Sá deveu a vida ao General Cardoso, porque tinha tanto de absolutista como de brioso e honrado. Respeitou a posição dum parlamentar, o que não fariam muitos dos seus colegas generais miguelistas.

O resultado desta comissão só maravilhou o Ministro Mousinho e o Auditor Geral Silva Carvalho, porque os sinais que nós vimos na costa, na noite de 7 para 8, e que todos compreendemos que eram para prevenir o Porto da nossa aproximação, entenderam aqueles dois magistrados que eram foguetes festejando a nossa chegada

Na madrugada do dia 8, a expedição navegava tão próximo da costa, que reconhecemos o uniforme da guarnição que estava em Vila do Conde, e pelas 9 horas arvorou a corveta o estandarte real que foi saudado com salvas de artilharia por toda a esquadra. A fragata inglesa — que estava perto da Foz, comandada por Sir Thomas Troubridge, e que nos tinha acompanhado parte da viagem, saudou também o estandarte real, retribuindo-lhe e a salva o brigue *Vila Flor*.

O Almirante Sartorius, num pequeno vapor, havia muitas horas que navegava em diferentes direcções, aproximando-se de todas as embarcações da esquadra, até que finalmente às duas horas da tarde, se deu o sinal de desembarque.

As embarcações de guerra estavam em linha muito próximo da costa e os transportes na sua retaguarda. O brigue *Vila Flor*, comandado pelo primeiro tenente Santa Rita,

aproximou-se, o mais possível, da costa. A corveta que conduzia o Imperador também se aproximou tanto a terra, que pudemos reconhecer com os nossos óculos o General Visconde de Santa Marta, seguido do seu Estado Maior, com alguma Cavalaria e Infantaria ligeira, que fazia um reconhecimento.

Dado o sinal do desembarque, o comandante do brigade *Vila Flor*, com alguns marujos e soldados, desembarcou com o estandarte azul e branco desenrolado e cravou-o na praia, e algumas companhias de Caçadores 5, seguidas doutras dos corpos da Divisão ligeira e do batalhão de embarque inglês, desembarcaram debaixo do comando do Coronel Schwalbach e do Major de Caçadores 5, Xavier.

Às três horas da tarde, o general em chefe estava na praia, seguido do seu Estado Maior, avistando-se as vedetas inimigas de Cavalaria, que retiraram sobre Leça.

O desembarque não foi muito fácil, porque o mar fazia uma grande ressaca. Levando eu várias ordens a algumas das embarcações e indo, da parte do general, pedir instruções a bordo ao Imperador, caí ao mar, ficando em miserável estado e não podendo mudar de fato senão trinta horas depois. A Providência quer que, em tempo de guerra, estes acontecimentos não prejudiquem, em geral, a saúde do militar.

Os nossos cavalos não puderam desembarcar logo, havendo apenas dois desembarcados, um do general em chefe e outro do Coronel Schwalbach.

Nós outros, Ajudantes de Campo do general em chefe, fomos mandados logo em diferentes direcções. O Major Xavier, com Caçadores 5, marchou a ocupar as Pedras Ruivas, e meu irmão teve ordem de o acompanhar, para ficar em comunicação com o Quartel General. A posição das Pedras Ruivas é sobre a estrada de Vila do Conde ao Porto.

O Coronel Schwalbach tinha recebido ordem de avançar sobre Leça com parte da sua Divisão. Sentindo o General em Chefe alguns tiros nesta direcção, ordenou-me que montasse no seu cavalo e que corresse a encontrar-me com aquele

coronel, a quem achei à entrada de Leça, passando eu a ponte com ele e vendo, a curta distância, o General Santa Marta, que retirava com a força com que nos tinha vindo reconhecer. O coronel ocupou logo a vila de Leça e eu voltei a participar o ocorrido ao meu general.

Descendo das alturas de Leça para as praias do Mindelo, gozei do mais belo espectáculo que tenho presenciado. Foi o desembarque do Imperador que acompanhado do seu Estado Maior, vinha num belo escaler seguido de muitos outros, todos armados. O Almirante Sartorius, em pé, na pôpa do escaler, em grande uniforme e com o estandarte real na mão, guiava a embarcação. A esquadra salvou, tendo a guarnição nas vergas, e uma parte da esquadra do Almirante Parker, que apenas se descobria no horizonte, saudava também o desembarque do Regente, enquanto a parte do Exército que tinha desembarcado, ocupando diferentes alturas nas proximidades da praia, soltava entusiásticos vivas com os bonés na mão.

Apenas desembarcado o Imperador colocou-se à frente do seu Estado-Maior e, seguido do Exército, marchou sobre a posição das Pedras Ruivas. O terror, da parte dos habitantes, era tal, que, sendo o Mindelo tão perto de Leça e do Porto, foram mui poucos os indivíduos que nos vieram felicitar.

Tivemos o maior cuidado no nosso acampamento, porque tínhamos o exército do General Santa Marta nos dois flancos, pois o General Cardoso ocupava Vila do Conde e Santa Marta o Porto.

O General Cardoso, temendo-se da posição isolada em que estava, entranhou-se na província do Minho e o Coronel Schwalbach, verdadeiro comandante de tropas ligeiras e que não sabia estar ocioso, durante a noite avançou de Leça sobre o Porto para fazer um reconhecimento, e, percebendo pelo movimento da Artilharia e Cavalaria, que o inimigo passava a ponte para Vila Nova abandonando a cidade, ao romper do dia ocupou a cidade que se pronunciou logo pela causa da Rainha, tendo o Coronel Schwalbach grande trabalho para impedir as represálias e vingança tão naturais em ocasiões

semelhantes. A única vítima desgraçada foi o carrasco que arrastaram pelas ruas da cidade.» (*Vol. 2.º, pp. 229 a 233*).

Das Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho

Episódio ocorrido durante a ocupação de Lisboa pelo exército francês: «O meu poderoso protector, de quem já falei, Lucas de Seabra, não se esqueceu de mim, e creio que a primeira ordem, que fez passar à Regência, foi a da minha restituição. Esta me foi imediatamente comunicada, e eu parti para Lisboa no princípio de 1808, deixando com saudades os meus novos companheiros, que tão amigavelmente me haviam sempre tratado. Já não fiz a viagem a Lisboa como a tinha feito a primeira vez que para lá fui, isto é, na *diligência*, que poucos anos durou; porque entre nós o que não há, ou nunca houve é o que se chama *Providência*, pois que ainda quando se faz uma cousa boa, não se sabe conservar. Fui recebido pelos meus velhos companheiros com as maiores demonstrações de amizade, e o abraço que recebi do meu amigo Prior, foi sincero. Todos, ainda os mesmos, que eu suspeitava haviam sido causadores do meu deterro, não faltaram a este sinal de etiqueta, que eu tomei mais por veracidade do seu crime do que pelo prazer de me verem restituído.

Achei a casa toda ocupada por franceses, oficiais e soldados de artilharia, vivendo todos na melhor harmonia, e confessando os estrangeiros que nunca em parte alguma haviam sido tão bem tratados. O Prior era homem mui polido, como cavalheiro que era, e fazia as honras da casa com toda a bizarrria, de maneira, que toda a officialidade francesa, tanto a que tínhamos em casa, como a que estava alojada por outras partes, dizia abertamente, que era digno de ser *Bispo*, e que o havia de ser. Faltava-lhe, porém, um requisito, para poder ainda ser mais bem avaliado; não sabia falar uma palavra francesa, e por consequência, vendo-se com esta falta, ao passo que tinha negócios tão importantes que

tratar com a nova gente, desde logo me disse, que eu havia de ser só o seu língua, e o único que soubesse do que fosse preciso tratar. É bem de ver que eu nada lhe pedia recusar, e me ofereci para tudo o que fosse necessário. Eis aqui colocado eu nas circunstâncias de andar sempre com ele pela porta fora.

O negócio mais grave que então tínhamos que tratar era o pagamento da quota que nos havia de caber para satisfação da estulta e impolítica contribuição de guerra, que nos havia imposto Napoleão em uma das suas horas de delírio, porque nem foi a última, nem a mais fatal e perigosa que teve. Bem que muitos dos oficiais mais influentes nos diziam, que havíamos de ser mui benignamente tratados em atenção aos bons serviços que prestávamos ao exército francês, todas estas boas palavras não nos bastavam; era preciso entrar mais no fundo do negócio, e tratá-lo com quem ele directamente devia ser decidido. Nestes termos procurávamos todas as altas estações onde podia ser melhor discutido, e achar-se quem o advogasse. Ora íamos a casa de um general ou outro, como Tiebau (*queria escrever Thièbault*), Laborde, Loison etc., ora ao tesouro, às audiências do ministro das finanças Herman.

Quando andávamos nestas contínuas corridas sem ainda aparecer luz alguma, que nos guiasse ou desse esperanças, se nos abriu um caminho, que teve os melhores resultados. Havia um oficial que, sem estar alojado em S. Vicente, ia contudo lá frequentes vezes visitar os seus amigos. Este oficial, por nome Vidal, e que dizia ser parente de um nosso Desembargador do mesmo nome, era um dos Ajudantes do General Tiebau, Chefe do Estado Maior de Junot, e que passava por homem generoso, e de excelente carácter. Fiz as diligências para ter mais intimidade com ele, e o consegui. Uma vez em conversação acerca da contribuição que nos seria lançada, deu-me logo a entender que por meio do seu general poderíamos conseguir muito. Dei parte disto ao Prior, e este me incumbiu, que entrasse com ele, se possível fosse, em negociação, e que sendo necessário estipulasse, ou oferecesse prémio até à quantia que ali logo calculámos que se podia dar.

O negócio até ali tratado, por assim dizer, com todo o disfarce, chegou enfim ao ponto de me dizer o tal Vidal, sem reбуço, que o seu general faria tudo, mas que era preciso dar-lhe um presente. Foi isto o que eu quis ouvir. Em consequência lhe falei também com todo o desembaraço, e lhe disse: — Bem está; estamos de acordo; porém o presente há-de ser na proporção da quantia de que fomos aliviados. Concordou nisto o meu homem, porém já hoje me não lembra a quantia de que fomos aliviados; porque nunca esperei chegar a tempo de escrever as minhas Memórias, e mencionar o que me aconteceu na minha longa vida, que então parecia ser bem diversa do que tem sido. Lembra-me, porém, muito bem o que demos ao General Tiebau.

Fui eu quem lhe entregou o presente. Morava ele no palácio do Marquês de Pombal, na rua Formosa em frente do chafariz. Bem é que se saiba, que tanto eu como o Prior tínhamos sempre entrada franca em casa de todas as autoridades francesas quer militares, quer civis. Fui um dia procurar o general, e apenas me anunciei, disseram-me que estava indisposto, e de cama, mas que naturalmente me desejaria falar, e que lhe iam dar parte de que eu ali estava. Apenas se passaram alguns segundos fui introduzido no quarto de cama do general, que com efeito encontrei deitado. Depois dos cumprimentos do costume, ele me respondeu, que apenas tinha uma leve indisposição; desejei-lhe um breve restabelecimento; e sem mais cerimónias, disse-lhe: — que o meu Prior lhe mandava pedir licença para lhe dar um pequeno sinal de reconhecimento da sua gratidão; e ao mesmo tempo lhe pus sobre uma mesa, que estava próxima, um *cartucho de cento e tantas peças!* Sem esperar mais resposta, levantei-me, apertei-lhe a mão, e despedi-me, desejando-lhe tudo o que se costuma dizer que se deseja em semelhantes circunstâncias. Confesso, porém, que tive mais vergonha em lhe dar aquele dinheiro do que ele em o aceitar. Mas era assim que os generais franceses se enriqueciam, e juntavam milhões; Napoleão tinha-os ensinado a todos a *conjugiar* o verbo *roubar*.

Não parou ainda aqui o fim desta negociação. Poucos dias depois me veio procurar o Ajudante Vidal, perguntei-lhe se o general ficara contente, e disse-me que sim, mas logo acrescentou, que também merecia alguma recompensa pela parte que havia tido em toda a negociação. Não havia que replicar. Recebeu também uma quantia que hoje me não lembra, porém, já se entende, muito inferior à que recebera o seu general.» (pp. 53 a 56).

Do Diário de Ribeiro Saraiva

Depois da Convenção de Évora-Monte, Ribeiro Saraiva fiel à sua causa, ficou em Londres sem situação e tomando a seu cargo os encargos da Legação para que o seu governo lhe não enviara fundos. Falho de recursos continuou a trabalhar para a causa do pretendente espanhol, D. Carlos. O seu idílio com Catarina Sherson encontrava, assim, mais um escolho, além do das diferentes igrejas a que pertenciam. Os Sherson opuseram-se ao casamento e Catarina cedeu e rompeu com o seu apaixonado pretendente. Saraiva, que foi um modelo de fidelidade às suas convicções, teve umas horas de tentação e em 12 de Março de 1835 escrevia no seu Diário:

«12 — Vi e marquei folhas do dia. Levei quase todo o dia procurando e examinando papéis para fazer e apresentar ao Bispo de Leão a conta das despesas que tenho feito pela sua secretaria, etc. Dia infeliz foi para mim! Entrando em casa de Reads, onde foi o baile, encontrei logo em baixo a minha Catarina e os seus; estava ela com o cabelo como eu gosto e bem vestida de azul claro; mas eu, ainda debaixo da influência do desgosto do dia 10, saudei-a friamente ainda. Dancei depois com ela, mas achei-a tão fria e estranha, que não podia entender como assim estava mudada, e, por mais que a provoquei a falar, não consegui senão algumas palavras indiferentes ou um silêncio e umas reticências o mais estranhas para mim.

Disse-me só, no meio duma contradança, que me trazia um bilhete e me perguntou se eu o receberia. Já se sabe que respondi na afirmativa e ela mo deu depois, metendo-o dentro de uma luva minha. Mal sabia eu o que ele continha! Porém, dançando outra vez com ela, me disse que a julgaria mudada e que ela o não estava. Eu lhe disse que assim o acreditava e a não supunha mudada, mas que, apesar disso, não podia entender como ela me havia tratado ultimamente duma maneira tão fora do comum, etc., que eu decerto não estava mudado, nem mudaria, e, perguntando-lhe se assim o acreditava, respondeu-me que oxalá assim o não crera, que isso lhe seria bem útil! Eu continuei que muitas penas me pouparia a mim o poder mudar, mas que não o podia, nem o desejava poder, por tudo quanto há! Quis passear e conversar com ela, mas, também com admiração minha, me disse que desejava ir para a outra sala e foi sentar-se junto de sua mãe, donde mais não saiu. Voltando a casa, li o bilhete que me havia dado, e então percebi o porque, quando eu no baile lhe dissera a não julgava mudada, ela me disse que, quando houvesse lido o bilhete, o julgaria e que a julgaria muito má, etc., havendo-lhe eu perguntado se nele me ralhava muito, ou o que nele havia que assim a fizesse dizer, mas sem poder obter outra resposta, senão, em fim esta: — “Se pudesse estar convosco só dez minutos, vo-lo poderia dizer, mas não aqui.” Ao ler enfim o fatal bilhete, acho um rompimento do ajuste ou *engagement* que tinha comigo, etc., por conselho de seu irmão Robert, etc., etc.! Então, à minha custa conheci que tinha razão no que me dizia dos efeitos que me faria, pois me deitei no chão e fiquei chorando, suspirando e soluçando largo tempo, levantando-me, deitando-me, sem saber o que fazia, etc. Afinal, na religião achei consolação em Deus, que o é de todo o mundo, pondo-me a rezar como pude e suplicando-lhe me ajudasse. Fui-me deitar, mas não dormi por um só segundo, e, pensando no que faria, me ocorreu ir amanhã cedo achar Sampaio, que é tão rico e vem ainda

agora de receber mais 66 000 libras esterlinas, e pedir-lhe me ajudasse...» (1.º vol., pp. 377 e 378).

14 — ... a) Vim escrever uma carta à minha Catarina e, depois de jantar, fui a casa dela, para tratar de lha entregar. Tinham ido todos para o teatro e por isso, vindo Nurse à porta, quando sentiu o meu *Knocking* (o meu bater), entrei e estive com ela por algum tempo conversando, havendo-me dito que tinha sabido de haver-se rompido o engajamento; que isto lhe causava muita pena; que Catarina lhe dissera haver sido em consequência das admoestações e conselhos de Robert, etc.; que, contudo isto, lhe custara muito e que sempre dissera que, se, dentro em seis meses, por exemplo, os meus negócios se restabelecessem, tornariam as cousas ao mesmo estado em que hoje estavam, quanto a nosso engajamento, etc. Isto me deu esperança...» (1.º vol., p. 382).

15 — «Tinha pensado durante a noite que, como Ardonin estava tão ligado com Mendizabal e este tinha tanto interesse também nos negócios de Espanha, poderia achar-se disposto a transigir comigo, a fim de eu me conservar neutro na causa espanhola e adoptar a da Portugal, fazendo a minha submissão ao governo de Lisboa. Pela manhã, resolvi de, sem mais demora, ir apresentar-me a Mendizabal e propor-lhe o negócio, a saber: que, mediante uma soma que me assegurasse 400 ou 500 libras por ano, eu faria a minha submissão a Portugal e não me ocuparia mais da causa da Espanha, posto que o tivesse feito até agora; mas, já se sabe, de nenhum modo tomaria parte contra El-Rei D. Carlos, porque não quero ser nem traidor nem ingrato; mas, depois da maneira por que me hão tratado, não creio ter obrigação, ou em consciência, ou em honra, de servir activamente a causa do mesmo príncipe. Esta resolução foi, na verdade, sumamente precipitada e arriscada e

pouco reflecti eu nos perigos que tinha, — tal era a força da paixão que me agitava! A Providência Divina, contudo, a quem tantas graças devo, me salvou: — 1.º, fazendo que eu me não lembrasse que Mendizabal agora mora em 27 - Park-Crescent (Regent's Park), em lugar de Burton - Chescent, n.º 44, onde eu fui procurá-lo, mas, não o achando, lá me disseram morava em P. Cresmert (?) e me dirigi a esta. Não deixei, contudo, de lembrar-me, quando me disseram que não morava ali, que podia isto ser um aviso de Deus, para eu não cometer a temeridade que me propunha; mas, apesar disso, vim a Park-Crescent duas vezes e, não o achando, desisti por hoje tentar este negócio directamente e resolvi ir falar ao Dr. Francisco Gomes da Silva e ver se por ele se podia sondar este difficil terreno, antes de nele me cometer.» (1.ª vol., pp. 382-383).

17 — ... Fui dali à Princesa da Beira, que, depois de falar doutras cousas, me perguntou «como iam os meus negócios particulares, aludindo aos meus amores, etc. Eu lhe respondi que iam «muito mal». «Como!», volveu ela, e, hesitando eu e insistindo ela, eu lhe relatei o que se tinha passado com Catarina, como havia rompido o ajuste, etc. A isto, a Princesa me disse que «em pouco tempo eu veria Catarina casada com outro». Eu neguei e lhe disse que não cria tal, porque sabia quanto o que ela tinha feito, em romper assim o ajuste, lhe tinha custado; que o não fizera senão pela pena que lhe dava o ter que estar enganando a seus pais e o pelo que lhe representara o irmão, etc. Que, além disto, ela tinha bem estampado na figura o quanto lhe era penoso o sacrificio que fazia, pois estava mui descorada e pálida, conhecendo-se-lhe bem quanto soffria e que, como eu, tinha perdido o sono e o descanso, etc. A Princesa insistia sempre «que eu a veria logo casada com outro, etc. Quando eu lhe expus e razão por que havia tal dificuldade à nossa união, não só em razão da religião (mas que esta objecção ela a tinha enfim vencido quanto a

si própria), mas principalmente em razão de não ter eu com que viver, disse eu que isto não era objecção senão em razão de não poder sem isso conseguir-se o consentimento dos pais, pois, quanto a ela mesma, se os pais consentissem, ela casaria comigo, mesmo quando eu não tivesse mais fortuna, disse a Princesa: — «Sim, contigo *pan y cebolla*, como se diz em Espanha; mas os pais querem *pan y perdiz*.» Conversámos ainda largo tempo sobre a matéria, dizendo-lhe eu as qualidades que tanto me faziam apaixonar por a minha Catarina e principalmente o haver ela, depois de eu a amar havia tanto tempo e ela gostar de mim sem me dar a mínima esperança, determinando-se a dar-me algum vislumbre desta só quando a causa de Portugal se perdeu e quando eu me achei em tão más circunstâncias etc. «Não tenho dúvida, contudo, acrescentei, que se as minhas circunstâncias melhorassem, ela volveria a formar o mesmo *engagement* e seria ainda minha, se, por exemplo, el-Rei (D. Carlos) triunfasse e me empregasse, como eu creio que o faria.» Aqui me interrompeu a Princesa, dizendo-me com intimidade: — «Sim, ao Saraiva ele a faria, mas não a outros portugueses, a Salvador (Correia), por exemplo, e a Severino, nem os empregaria, nem os quereria em Espanha, porque se conduziram assim e assim, etc: dizendo várias queixas que tinha da sua conduta. Finalmente, saí de lá mui contente e animado, na esperança de que a Princesa poderia vir a ajudar-me em alguma cousa, para conseguir aquilo sem o que não posso ser feliz: a mão da minha Catarina.» (1.º vol., pp. 385-386).

Nota

¹ Da marquesa de Alorna: 1.º vol., pp. 14, 15, 55, 110, 132, 135, 140, 151, 335, 3.º vol., pp. 261 a 263. Do Conde do Funchal: 2.º vol., pp. 62, 65, 66, 77 a 102, 105, 176, 194, 196,

197, 199, 201, 205 a 209. Do Conde de Paraty: 2.º vol., pp. 250 e 251. De D. António de Meneses: 1.º vol., p 257.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

A) MEMÓRIAS — DIÁRIOS

- *Memórias de Fr. João da S. Joseph Queirós — Bispo do Grão-Pará, com uma extensa introdução e notas illustrativas por Camillo Castello-Branco*, Porto, Typographia da Livraria Nacional, Rua do Laranjal, 9 a 22, 1868.
- *Subsídios para o estudo da História da Literatura Portuguesa*, XII — *Memórias de José da Cunha Brochado, Extrahidas das suas obras inéditas*, por Mendes dos Remédios, Coimbra, França Amado Editor, 1909.
- *A última Condessa de Atouguia (Memórias Autobiographicas)* — Prefácio, Introdução e notas do P. Valério A. Cordeiro, 2.^a ed., 1917.
- *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde da Ericeira (1731-1733)*, apresentado e anotado por Eduardo Brazão, Coimbra, 1943.
- *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho — Anno 1854*, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, Rua do Moinho de Vento, n.º 59, 1855.
- *Memórias do Marquês de Fronteira e d' Alorna — D. José Traçimundo Mascarenhas Barreto, ditadas por ele próprio em 1861* — Revistas e Coordenadas por Ernesto

Campos de Andrade, Coimbra, Imprensa da Universidade. 1.º vol. - 1928; 2.º vol. - 1928; 3.º vol. - 1929; 4.º vol. - 1931; 5.º vol. - 1932.

- *Memórias do Conde do Lavradio — D. Francisco de Almeida Portugal.* — Comentadas pelo Marquês do Lavradio, D. José de Almeida Correia de Sá. Revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrade, Imprensa da Universidade de Coimbra. 1.º vol. - 1932; 2.º vol. - 1933; 3.º vol. - 1934 (Imprensa Nacional); 4.º vol. - 1937; 5.º vol. - 1938; 6.º vol. - 1940; 7.º vol. - 1942; 8.º vol. - 1943.
- *Memórias de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato* — Começadas a escrever por ele mesmo em princípios de Janeiro de 1824 e terminadas em 15 de Julho de 1835. Revistas e Coordenadas por Ernesto de Campos de Andrade — (1777 a 1826), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.
- *Memórias Históricas, Políticas e Filosóficas da Revolução do Porto em Maio de 1828 e dos Emigrados Portugueses pela Espanha, Inglaterra, França e Bélgica.* Obra posthuma de Joaquim José da Silva Maia, Rio de Janeiro. Typographia de Laemmert, Rua do Lavradio, n.º 53, 1841.
- *Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos — Diário de Ribeiro Saraiva* (1831-1888), Tomo I, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1916; Tomo II, (1831-1845), 1917.
- *Revelações da minha vida — Memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*, por Simão José da Luz Soriano, Porto, A. Leite Guimarães Editor, Rua de Sá da Bandeira, 62, 1891.

- *D. Pedro V nas páginas do seu Diário Íntimo*, por Damião Peres, Portucalense Editora, S.A.R.L., Porto, 1945.
- *Memórias* — Tomo I — *Scenas da Infância e Homens de Letras*, por Bulhão Pato, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894; Tomo II — *Homens Políticos*, Id., 1894; Tomo III — *Quadrinhos de outras épocas*, Id., 1907.
- *Sob os Ciprestes — Vida Íntima de Homens Ilustres*, por Bulhão Pato, Lisboa, Livraria Bertrand, 1877.
- *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio* — Coordenadas por José Luiz de Almeida (Lavradio), Edições Ática, Lisboa, 1947.
- Raúl Brandão: *Memórias de Raúl Brandão*, 1.º vol., Renascença Portuguesa - 1919, *Memórias* vol. II — Liv. Aillaud & Bertrand - 1925; III volume de *Memórias — Vale de Josafat* - Seara Nova 1933.
- *Obras Completas — Um escritor confessa-se*, de Aquilino Ribeiro, Livraria Bertrand.
- *Memórias do Capitão*, de Sarmiento Pimentel, 2.ª ed. Editora Inova, Porto.
- *Memórias Políticas*, de José Relvas — Pref. ° de João Medina — Apresentação e notas de Carlos Ferrão. Colecção Portugal Ontem — Portugal Hoje, ed. Terra Livre, Lisboa, 1977.

B) OBRAS PARCIALMENTE MEMORIALÍSTICAS
E AUTOBIOGRÁFICAS

- *Cartas Familiares, Históricas, Políticas e Críticas, Discursos Sérios e Jocosos. Dedicadas à Excellentíssima Senhora Condessa de Vimioso*, por Francisco Xavier de Oliveira, Cavaleiro Prophezo da Ordem de N. S. Jesus Christo — Amsterdam 1741. Lisboa, 1855, 3 vols.
- *Cartas Inéditas*, de Cavaleiro de Oliveira (1739-1741), publicadas por A. Gonçalves Rodrigues — Professor Extraordinário da Fac. de Letras de Coimbra, Coimbra, 1942.
- *Opúsculos contra o Santo Ofício*, de Cavaleiro de Oliveira, publicação e prefácio de A. Gonçalves Rodrigues, Coimbra, 1942.
- *Recreação Periódica*, de Cavaleiro de Oliveira, prefácio e trad. Aquilino Ribeiro — Lisboa, Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1922, 2.º vol.
- *Biblioteca do Século XVIII — I - Discours Pathétique au sujet des Calamités Prêsentés, arrivées en Portugal, par le Chevalier d' Oliveira*, nova Edição seguida duma notícia bibliográfica pelo Dr. Joaquim de Carvalho, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.
- *Biblioteca do Século XVIII — III - Reflexões de Félix Corvina dos Arcos sobre a Tentativa Teológica de António Pereira* — Nova Edição prefaciada por Eduardo Moreira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929.
- *Escritos de el-Rei D. Pedro V — Coligidos e Publicados pela Academia das Sciencias de Lisboa* — vol III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926; vol V, Id., 1930.